







Multiner – Resultados do 2° Trimestre de 2016

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 2016 – Multiner S.A. – "Multiner" ou "Companhia" anuncia os resultados referentes ao segundo trimestre de 2016 ("2T16"). As informações financeiras e operacionais descritas a seguir, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em bases consolidadas e em milhares de Reais (R\$) de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS), e incluem as subsidiárias diretas da Companhia e suas respectivas subsidiárias e filiais.

2T16

DESTAQUES DO 2T16:

Total de geração de 213.431,33 MWh, sendo UEE Parque Alegria (Alegria I e II) responsável por 84.346,36 MWh e a UTE Cristiano Rocha (RAESA) por 129.084,97 MWh.

Relações com Investidores

Ricardo Machado Pigatto **Diretor Presidente** (até 15.08.2016)

Ricardo Fialho Sellos **Diretor Presidente e de Relações com Investidores** (a partir de

16.08.2016)

Sandileuza Borges Gerente de Contabilidade

> ri@multiner.com.br Tel.: (21) 2272-5500

Visite nosso site www.multiner.com.br

Assessoria de Imprensa Insight Comunicação

Contato: Vânia Santos Tel: (21) 2509-5399









MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

No primeiro semestre de 2016, a demanda nacional de energia elétrica alcançou 231.502 GWh, queda de 1,7% ante igual período de 2015. No mês de junho o consumo nacional de eletricidade registrou 37.174 GWh.

O consumo residencial, no 1° semestre de 2016, apresentou leve aumento (+1,2%) em relação ao mesmo período de 2015. Os números ainda refletem o cenário econômico adverso de queda na renda, redução do poder aquisitivo, desemprego e temperaturas médias mais amenas. O resultado no 1º trimestre foi de queda de 1,2% e elevação de 5,3% no consumo de energia elétrica no 2º trimestre. O mês de junho de 2016 apresentou um aumento de 4,6% ante o mesmo mês de 2015. Número este bastante influenciado pelo ciclo maior de faturamento em algumas importantes distribuidoras. Retirando essa influência, o crescimento seria em torno de 2% em termos nacionais. Esse é o quarto mês consecutivo de variação positiva do consumo residencial, embora as condições econômicas permaneçam desfavoráveis à sua expansão, fato atribuído principalmente à influência da temperatura e ao afrouxamento das medidas de redução do consumo adotadas pelas famílias nos meses anteriores fruto do choque tarifário ocorrido em 2015.

Neste semestre, o consumo de energia elétrica no setor comercial foi 1,5% menor em comparação com igual período de 2015, resultado da baixa atividade do setor. No 2º trimestre o consumo teve crescimento de 0,9%. Depois de apresentar crescimento nos meses de abril e maio deste ano, o mês de junho registrou recuo de 2,9%.

O consumo industrial de energia elétrica apresentou forte recuo (-5,3%), no primeiro semestre de 2016, em relação ao mesmo período do ano passado. O mês de junho registrou decréscimo de 3,3% frente a 2015. Os setores que tiveram as maiores quedas no primeiro semestre em comparação com o mesmo período de 2015 foram de Extração Minerais Metálicos (-20,3%), Têxtil (-11,3%) e de Produtos Minerais Não-Metálicos (-10,9%). Os únicos setores que apresentaram aumento no consumo de energia elétrica neste semestre em comparação foram de Produtos Alimentícios (+1,3%) e Papel e Celulose (+0,4%). O cenário econômico do 1º semestre de 2016 apresentou desempenho inferior ao observado no mesmo período de 2015 pois o horizonte de dificuldades se agravou no 2º semestre e foi tornando-se menos negativo no decorrer do 1º semestre deste ano.

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

DESEMPENHO OPERACIONAL

Parque Gerador

A Multiner S.A possui um parque gerador composto por 02 grupos de usinas operacionais: Parque Eólico Alegria e Usina Termelétrica Cristiano Rocha - RAESA.

Empreendimento	Localização	Fonte	Capacidade Instalada (MW)	Início Operação Comercial	Término da Concessão
UTE Cristiano Rocha	Manaus/AM	Óleo Combustível + Gás Natural	85	16/11/2006	20/05/2025
Total Fonte Termelétrica			85		
UEE Alegria I	Guamaré/RN	Eólica	51,15	30/12/2010	30/12/2030
UEE Alegria II	Guarnare/RN	Eolica	100,65	30/12/2011	30/12/2031
Total Fonte Eólica			151,8		
Total			236,8		



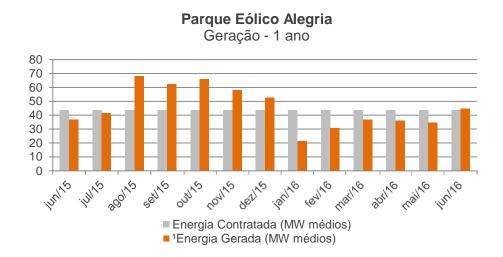




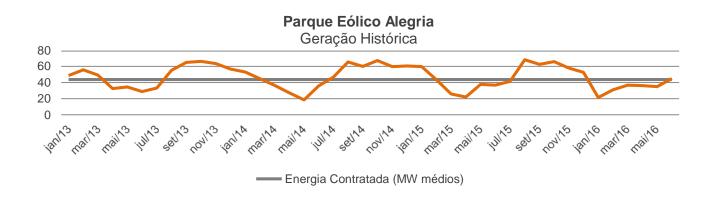


Produção/ Geração

No segundo trimestre de 2016, a geração de energia elétrica nas usinas operadas pela Multiner foi de 307,06 MW médios. Do total gerado, a UEE Parque Alegria (Alegria I e II) foi responsável pela geração de 115,98 MW médios e a UTE Cristiano Rocha (RAESA) por 191,08 MW médios.



¹Energia gerada líquida para faturamento



É importante salientar que se observa, no Rio Grande do Norte, um período de chuvas característico da região, entre os meses de dezembro e abril, e, desta forma, a intensidade dos ventos é consideravelmente reduzida nesse período. Como consequência, observa-se uma redução na geração de energia eólica.



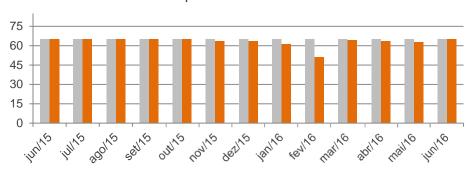






UTE Cristiano Rocha - RAESA

Disponibilidade - 1 ano



■ Disponibilidade Contratada (MW médios)

■ Disponibilidade Verificada (MW médios)

¹Energia gerada líquida para faturamento





Disponibilidade Contratada (MW médios)









DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Na tabela a seguir estão apresentados os resultados consolidados da Companhia, que incluem os resultados de suas subsidiárias diretas e suas respectivas subsidiárias e filiais.

DEMOSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2T16	2T15	2T16/2T15	6M16	6M15	6M16/6M15	
Receita Líquida de vendas	16.300	13.803	18,1%	30.814	27.110	13,7%	
Custo das Vendas	(7.653)	(5.104)	49,9%	(18.972)	(10.680)	-77,6%	
Lucro Bruto	8.647	8.699	-0,6%	11.842	16.430	-27,9%	
Despesas Operacionais	(54.494)	(6.781)	703,6%	(59.613)	(13.341)	-346,8%	
Despesas Gerais e Administrativas	(4.455)	(4.351)	2,4%	(8.473)	(7.845)	-8,0%	
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(50.039)	(2.430)	-1959,2%	(51.140)	(5.496)	-830,5%	
Resultado antes das receitas (despesas)	(45.047)	4.040	0.400.40/	(47.774)	2.000	4040 50/	
financeiras líquidas e impostos	(45.847)	1.918	-2490,4%	(47.771)	3.089	-1646,5%	
Financeiras Líquidas	(6.274)	(7.633)	17,8%	(16.678)	(15.868)	-5,1%	
Receitas Financeiras	21.172	24.619	-14,0%	40.760	46.466	-12,3%	
Despesas Financeiras	(27.446)	(32.252)	14,9%	(57.438)	(62.334)	7,9%	
Resultado de Equivalencia Patrimônial	(4.817)	(23.536)	79,5%	(21.466)	(13.234)	-62,2%	
Lucro antes dos impostos	(56.938)	(29.251)	-94,7%	(85.915)	(26.013)	-230,3%	
Impostos e Contribuições	(1.926)	-	-	(3.401)	-	-	
Prejuízo do Período	(58.864)	(29.251)	-101,2%	(89.316)	(26.013)	-243,4%	

(em milhares de R\$)

O resultado do 2º trimestre de 2016 (2T16) apresenta deterioração na comparação com o mesmo período de 2015 (2T15) devido principalmente pela redução da margem bruta e pelo ajuste do ativo pelo valor recuperável (*impairment*) no valor de (R\$ 53 milhões) na controlada 2007 Participações, referente a aquisição da Rio Amazonas Energia S/A. Expurgando esse ajuste, o resultado do 2T16 apresenta melhora em relação ao 2T15.

Receita Líquida de Venda

(em milhares de R\$)

No 2T16, a receita líquida de vendas apresentou um aumento de 18,1%, quando comparada ao segundo trimestre do ano anterior, passando de R\$ 13,8 milhões, em 2015, para R\$ 16,3 milhões, em 2016. Variação justificada pela reclassificação de penalidades da *Receita* para o *Custos de Produção*.

Receita líquida de vendas (em R\$ milhares)











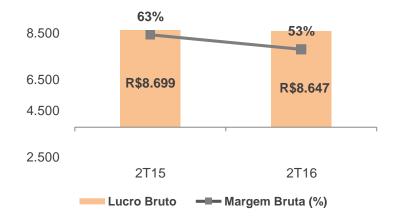
Custo de Geração de Energia

O custo de produção de energia apresentou um acréscimo de 49,9%, passando de R\$ 5,1 milhões, no 2T15, para R\$ 7,7 milhões, no 2T16. Já na comparação entre o primeiro semestre de 2016 (6M16) com o mesmo período de 2015 (6M15) o aumento foi de 77,6%.

O aumento deve-se principalmente a reclassificação de penalidades pela geração abaixo do contratado em períodos no primeiro semestre de 2016 correspondendo a R\$ 6,4 milhões da conta *Receita* para *Custo de Produção*.

Lucro Bruto (em milhares de R\$)

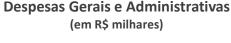
O lucro bruto apresentou queda de 0,6%, quando comparado ao segundo trimestre do ano anterior. A margem bruta, de 63% no 2T16, apresentou redução de 16%, quando comparada ao 2T15, também impactada pela reclassificação de penalidades da *Receita* para o *Custos de Produção*.



Despesas Gerais e Administrativas

(em milhares de R\$)

No 2T16, as despesas gerais e administrativas apresentaram um acréscimo de 2,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Justificado pelo reconhecimento de PIS e COFINS sobre receita financeira devido ao aumento das alíquotas ocorrido em julho de 2015. Esta rubrica também considera despesas com arrendamento de parte dos imóveis onde estão instalados aerogeradores dos Parques Eólicos Alegria I e Alegria II.













Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido do primeiro semestre de 2016, comparado com o mesmo período de 2015, está demonstrado no quadro a seguir:

R\$ Milhares	6M16	6M15	Var. %
Atualização monetária sobre passivos tributários	(1.800)	(695)	159%
Despesa com juros	(50.330)	(49.670)	1%
Despesa com multas	(1.033)	(92)	1023%
Variação cambial passiva	(1.333)	(8.811)	-85%
Juros passivos sobre mútuo	(230)	(14)	1543%
Despesa com IOF & IOC	(2.354)	(2.780)	-15%
Outras despesas financeiras	(358)	(272)	32%
Despesas Financeiras	(57.438)	(62.334)	-8%
R\$ Milhares	6M16	6M15	Var. %
Rendimento de aplicação financeira	64	9.725	-99%
Variações monetária ativas	25.454	21.508	18%
Juros ativos sobre mútuo	4.984	5.363	-7%
Variações cambiais ativas	2.383	1.557	53%
Juros s/arrendamento financeiro	7.836	8.313	-6%
Outras receitas financeiras	39	-	-
Receitas Financeiras	40.760	46.466	-12%
Resultado Financeiro Líquido	(16.678)	(15.868)	5%

Resultado de Equivalência Patrimonial

Apesar de possuir mais do que a metade do poder de voto na **New Energy Options Geração de Energia S.A. – NEO** e na **Companhia Energética Uruguai – CEU**, a Multiner S.A não tem o poder de governar de forma independente as políticas financeiras e operacionais das investidas, em razão de acordo firmado com os demais investidores. Consequentemente, a Companhia passou a aplicar o CPC 18, CPC 36 e ICPC 09 – Nova redação – que estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

O Resultado de Equivalência Patrimonial no 2° trimestre de 2016: **New Energy Options Geração de Energia S.A – NEO** (R\$ 22,2 milhões) e **Cia Energética Uruguai – CEU** (R\$ 0,0).

Lucro/ Prejuízo Líquido

(em milhares de R\$)

No 2T16, a Companhia aferiu resultado negativo de R\$ 58,9 milhões, já no 2T15 o resultado foi -R\$ 29,3 milhões. Conforme informado acima o resultado do segundo trimestre de 2016 apresenta deterioração na comparação com o

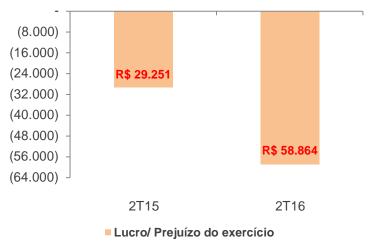








mesmo período de 2015 devido, principalmente, pela redução da margem bruta e pelo ajuste do ativo pelo valor recuperável (*impairment*) no valor de (R\$ 53 milhões) na controlada 2007 Participações, referente a aquisição da Rio Amazonas Energia S.A.

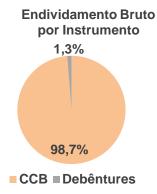


ENDIVIDAMENTO

De acordo com a tabela a seguir, a Multiner S.A aumentou, em 7% sua Dívida Líquida, quando comparamos com o primeiro trimestre de 2015.

Endividamento						
Dívida Bruta em R\$						
Juros Médio da Dívida						
Parcela de Curto Prazo						
Caixa e Equivalente de caixa em R\$						
Dívida Líquida						

Unidade	6M16	6M15		
R\$ milhares	475.256	443.285		
%a.a	9,19%	9,52%		
%	41,80%	44,05%		
R\$ milhares	1.125	30		
R\$ milhares	474.131	443.255		















Cronograma de Amortização (R\$ milhares)

(πψ πππαι σ3)	
2016	189.433
2017	19.401
2018	21.500
2019	23.219
2020	25.077
2021	27.083
De 2022 a 2028	169.544
	475.256



Obs: (i) Os dados acima não incluem o passivo das empresas que são registradas no consolidado pelo método de equivalência patrimonial: New Energy Options Geração de Energia S.A. – NEO e Cia Energética Uruguai – CEU; (ii) Não foram considerados os valores de Conversão Obrigatória da CCB Raesa 1ª Emissão e Debêntures 2ª Emissão; (iii) Não foram consideradas as CCBs no Ativo da Multiner.

EBITDA

O EBITDA apresentado no quadro abaixo sofreu deterioração devido, principalmente, ao ajuste do ativo pelo valor recuperável (impairment) no valor de (R\$ 53 milhões) na controlada 2007 Participações, conforme informado no Desempenho Econômico-Financeiro.

(em R\$ milhares)	2T16	2T15	6M16	6M15
Receita líquida de vendas Composição do EBITDA	16 300	13 803	30 814	27 110
Resultado líquido do Período	(58.864)	(29.251)	(89.316)	(26.013)
(+) Arrendamento Financeiro	7.116	7.122	14.233	14.245
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	6.274	7.633	16.678	15.868
(+/-) IR/CSLL	1.926	-	3.401	-
(+) Depreciação/Amortização	17	10	19	33
EBITDA	(43.531)	(14.486)	(54.985)	4.133
Margem EBITDA	-	-	-	15,2%

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS, ou US GAAP, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. De acordo com a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, o cálculo do EBITDA não pode excluir quaisquer itens não recorrentes, não operacionais ou de operações descontinuadas e é obtido pelo resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.









DESTAQUES OPERACIONAIS

Parque Eólico Alegria

Conclusão da manutenção programada de Alegria I referente ao 1º semestre - concluída em 19/05/2016;

Conclusão da manutenção programada de Alegria II Oeste referente ao 1º semestre – concluída em 11/05/2016;

A manutenção programada de Alegria II Leste já havia sido concluída ainda no primeiro trimestre, em 02/03/2016;

Processo de recontabilização 2818 solicitado pela NEO foi aceito pela CCEE. Recontabilização da energia gerada do período de novembro 2012 a junho 2013. Resultado final ainda não divulgado pela CCEE;

Fechamento do período de disponibilidade de Alegria II Leste acima da meta – Realizado: 98,95% / Contratado: 98%;

Rescisão do contrato de O&M (instalações elétricas) com a STK Sistemas Do Brasil Ltda. em função de descumprimento contratual por parte da contratada;

Contratação da SIMM - Soluções Integrais em Montagem, Manutenção e Empreendimentos S.A. para O&M (instalações elétricas). Início do contrato em 01/06/2016;

Rescisão do contrato de telecomunicação com Briskcom e contratação da Interjato em substituição. Com isso houve redução mensal dos custos de R\$ 35 mil para R\$ 16 mil.

UTE Cristiano Rocha

O motor #3 está indisponível;

A operadora Wartsila Brasil Ltda. interrompeu os trabalhos de operação e manutenção;

Mobilização da PP Engenharia para os serviços de O&M;

Foi assinado aditivo do contrato com Amazonas Energia reavendo os custos com conexão ao SIN.









SEGURANÇA, SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Parque Eólico Alegria

Unificação das 4 licenças de operação de Alegria II;

Definição do Eng^o Marrison Souza, gerente de O&M de Alegria, como novo gestor ambiental de Alegria I e II; Referente ao Termo de Compromisso de Medida Compensatória Ambiental de Alegria II, celebrado com o IDEMA:

Foi celebrado o segundo aditivo com a FUNCITERN em 24/05/2016. A FUNCITERN foi contratada para elaboração do plano de manejo da RDSEPT - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão, área onde a Central Eólica Alegria foi instalada;

Retomada da aquisição de materiais a serem doados à RDSEPT como atendimento ao Projeto Piloto de Educação Ambiental, estabelecido no Termo mencionado acima;

Não houveram acidentes ou incidentes operacionais ou que afetam o meio ambiente.

UTE Cristiano Rocha

Integração dos funcionários da PP Engenharia com treinamentos de segurança;

Não houveram acidentes ou incidentes operacionais ou que afetem o meio ambiente.









EVENTOS SUBSEQUENTES

Em julho de 2016 a Companhia obteve decisão desfavorável exigindo pagamento a Caterpillar Motoren GMbH & Co. no montante de R\$ 33.036, fixados em sentença arbitral estrangeira, referente a motores que seriam utilizados no projeto da Termelétrica Itapebi S.A. Tal valor havia sido provisionado como contingência. Atualmente, a Companhia está empenhando esforços para negociar as condições de pagamento para encerramento das obrigações junto este fornecedor.

Em novembro de 2016, a investida indireta Rio Amazonas Energia S.A. inadimpliu pecuniariamente a obrigatoriedade frente à segunda emissão de CCBs (cédula de crédito bancário). Desta forma, o montante classificado no passivo não circulante de R\$ 274.783 será reclassificado para curto prazo neste período. A companhia está em tratativas com os credores para alongamento da dívida, conforme nota explicativa nº1.

O Sr. Ricardo Nino Machado Pigatto renunciou ao cargo de Diretor Presidente da Multiner S.A. em 21 de julho de 2016, exercendo o cargo provisoriamente até 15 de agosto de 2016. O Sr. Ricardo Fialho Sellos assumiu o cargo de Diretor Presidente e de Relações com Investidores da Multiner S.A. em 16 de agosto de 2016.

Operação Greenfield

Em linha com o princípio de transparência sempre adotado pela Companhia, a Multiner S.A. informa que, em 5 de setembro, foi cumprido em sua sede, o Mandado de Busca e Apreensão expedido pelo Juiz Federal da 10^a Vara Federal de Brasília no âmbito do Processo nº 373250-67.2016.4.01.3400 que investiga os investimentos realizados pelos fundos de pensão por meio de FIPs (Fundos de Investimento em Participações), entre os quais se encontra o FIP Multiner, que detém 48% das ações ON de emissão da Companhia.

No dia 13 de setembro de 2016, foi emitida ordem judicial de bloqueio das contas bancárias da Controladora, expedida cautelarmente nos autos do Processo n.º 37.371- 11.2016.4.01.3400, em curso perante a 10ª Vara Criminal Federal em Brasília. A Companhia respeita a decisão da Justiça, mas entende que a cautela não é estritamente necessária, pois tem disposição em cooperar, de forma transparente, com a elucidação dos fatos apurados pela Operação Greenfield. Para tanto, adotará imediatamente as medidas judiciais cabíveis para resguardar os seus legítimos interesses. O caixa e equivalente de caixa das controladas New Energy Options Geração de Energia S.A. e Rio Amazonas Energia S.A. não foram afetadas pela medida cautelar.

A Diretoria da Companhia aprovou a contratação da BDO para realizar o processo de investigação independente sobre as contas de 2015 e 2016, e períodos anteriores desde a criação da Multiner S.A. e suas controladas.









BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhares de R\$

	Conso	lidado		Conso	lidado
Ativo	30/06/2016	31/12/2015	Passivo	30/06/2016	31/12/2015
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.125	707	Empréstimos e financiamentos	520.727	482.704
Depósitos vinculados - contas reserva	-	-	Debêntures	18.335	16.565
Contas a receber	143.197	145.964	Fornecedores	185.881	210.684
Tributos a recuperar	6.571	10.749	Obrigações sociais e trabalhistas	871	710
Arrendamento financeiro	13.521	13.033	Obrigações tributárias	13.704	13.126
Estoque de peças	17.088	16.062	Outras obrigações	1.064	968
Bens disponíveis para a venda	147	147	Provisão passivo a descoberto	67.772	45.535
Despesas antecipadas	315	572			
Adiantamento a fornecedores	1.719	1.363			
Outros créditos ativo CP	508	447			
	184.191	189.044		808.354	770.292
Não circulante			Não circulante		
Tributos a recuperar	50.369	43.759	Empréstimos e financiamentos	-	-
Arrendamento financeiro	189.890	196.775	Fornecedores	3.377	3.374
Depositos judiciais	271	286	Obrigações tributárias	2.911	7.165
Partes relacionadas	474.447	466.665	Impostos diferidos	-	-
Outros créditos ativo LP	20	20	Provisão para contingências	2.528	2.530
Adiantamentos a fornecedores	741	742	Partes relacionadas	12	0
			Outras obrigações	5.055	4.659
	715.738	708.247		13.883	17.728
			Patrimônio Líquido		
Intangível	111.233	169.726	Capital social	855.828	855.828
Investimento	-	-	Reserva de capital	543.916	543.916
Imobilizado	27.967	27.978	Prejuízos acumulados	(1.175.245)	(1.086.019)
Propriedade para investimento	5.298	5.298			
	144.498	203.002	Total do patrimônio líquido atríbuivel aos controladores	224.499	313.725
			Acionistas não controladores	(2.310)	(1.453)
Total do Ativo	1.044.427	1.100.293	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.044.427	1.100.293









DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Em milhares de R\$

Consolidado

	01/01/2016	01/01/2015
	à 30/06/2016	à 30/06/2015
Receita operacional bruta	66.844	63.522
Deduções da receita operacional bruta	(36.030)	(36.412)
Receita operacional líquida	30.814	27.110
Custo dos serviços	(18.972)	(10.680)
Lucro Bruto	11.842	16.430
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	(8.473)	(7.845)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(51.140)	(5.496)
Resultado de equivalência patrimonial	(21.466)	(13.234)
Total receitas (despesas) operacionais	(81.079)	(26.575)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e im	postos (69.237)	(10.145)
Despesas financeiras	(57, 400)	(00.004)
Receitas financeiras	(57.438)	(62.334)
Resultado financeiro	40.760 (16.678)	46.466 (15.868)
	(10.070)	(15.666)
Resultado antes do imposto de renda e de contribuição social	(85.915)	(26.013)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.404)	
Imposto de renda e contribuição social diferido	(3.401)	
Drainira líguido do pariado		-
Prejuízo líquido do período Participação dos não controladores	(89.316)	(26.013)
i amorpação dos não controladores	90	30
Prejuízo líquido do período	(89.226)	(25.983)



Relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da Multiner S.A. Rio de Janeiro - RJ Introdução

Introdução

- 1. Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Multiner S/A, contidas no Formulário de Informações Trimestrais ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.
- 2. A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21 e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

3. Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Base para conclusão com ressalvas

- 4. Não obtivemos evidência formal da realização de Assembleia Geral Ordinária AGO a qual aprovaria as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 nos termos do inciso I, do artigo 132 da Lei 6.404/76. Não obtivemos, também, informação a respeito dos motivos da ausência dessa formalização. Esse assunto não foi divulgado nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, assim como seus possíveis efeitos.
- 5. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 13, a Companhia apresenta nas informações contábeis intermediárias consolidadas do trimestre findo em 30 de junho de 2016 estoques referentes a peças para manutenção de sua investida indireta Rio Amazonas S.A. no montante de R\$ 17.088 mil. A Administração da Companhia não efetuou procedimentos de inventário físico para efeito de apuração desses estoques, portanto não foi possível concluirmos sobre o saldo contábil apresentado.
- 6. Conforme Nota Explicativa nº 12, as informações contábeis intermediárias consolidadas registram o montante de R\$ 27.967 mil no trimestre findo 30 de junho de 2016 à título de ativo imobilizado do qual destacam-se às investidas Termelétrica Itapebi S.A., Termelétrica Monte Paschoal S.A. e Termelétrica Pernambuco IV S.A., cujas licenças de operação foram revogadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") em exercícios anteriores. Não nos foi possível obter evidências quanto ao provável valor de recuperação dos montantes reconhecidos e, consequentemente, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequada mensuração e registro da referida rubrica nas informações contábeis intermediárias consolidadas de 30 de junho de 2016.
- 7. A Companhia Energética do Uruguai S.A., investida da Companhia, apresenta no trimestre findo em 30 de junho de 2016 o montante de R\$ 10.643 mil à título de ativo imobilizado. Não nos foi possível obter evidências quanto ao provável valor de recuperação dos montantes reconhecidos e, consequentemente, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequada mensuração e registro e dos efeitos no saldo da provisão para passivo a descoberto nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia no trimestre findo em 30 de junho de 2016 em decorrência do efeito da participação societária de 71% da Companhia sobre o patrimônio líquido da investida.

Conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias individuais

8. Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

9. Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

10. Adicionalmente aos assuntos descritos, nos parágrafos da seção Base para abstenção de conclusão sobre a revisão, chamamos a atenção para os seguintes assuntos a seguir sem modificar nossa conclusão:

Reapresentação de saldos comparativos

11. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2, item "c" a Administração da Companhia informa que procedeu à reavaliação de conceitos e critérios com objetivo de melhor apresentar a posição patrimonial e dos resultados da Companhia e, portanto, reapresentou determinados saldos conforme divulgado na nota em referência.

Continuidade Operacional

- 12. Os assuntos descritos nos subitens deste parágrafo podem indicar a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia:
 - a) Nota Explicativa nº16 descreve a dívida da Companhia com empréstimos e financiamentos cujo saldo em 30 de junho de 2016 é de R\$ 539.062 mil. Conforme o item "b" inciso "i" da referida nota, os montantes de R\$ 12.223 mil e R\$ 69.551 mil dos credores Fundiagua e Postalis, respectivamente, tendo vencido o último em janeiro de 2016, serão convertidos em capital, dependendo, no entanto, da conclusão de determinadas ações vinculadas ao plano de recapitalização da Companhia estabelecidas no "Contrato de Reorganização e de financiamento da Multiner S.A. O item "b" inciso "ii" da nota em referência, informa que a Companhia pleiteia o alongamento da dívida no montante de R\$ 163.936 mil a vencer em dezembro de 2016, dependendo, porém, de tratativas com Fundos de Pensão detentores dos títulos a vencer.
 - b) Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 24, a investida Rio Amazonas Energia S.A. deixou de cumprir com obrigações assumidas contratualmente, possibilitando ao credor o direito de exigir o pagamento antecipado do valor total da dívida. Este assunto também está apresentado no parágrafo 12 acima.



- c) A Companhia, no trimestre findo em 30 de junho de 2016, apresenta capital circulante líquido negativo nos montantes de R\$ 337.392 mil e R\$ 624.163 mil nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas respectivamente.
- d) Há atraso significativo na aprovação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conforme descrito no parágrafo 4 acima, assim como nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do trimestre findo em 30 de junho de 2016.

Desenguadramento de ações preferenciais

13. Na Nota Explicativa nº 17, item "b" a Administração da Companhia informa que serão anulados ou retificados os atos transcritos na Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 14 de março de 2016 os quais fizeram com que a quantidade de ações preferenciais ultrapassasse 50% do total das ações emitidas (parágrafo 2º, artigo 15 da Lei. 6.404/76).

Ações contra a Companhia classificadas como perda possível

14. A Nota Explicativa nº 18 descreve que a Companhia está se defendendo em diversas ações de natureza cível e regulatória. A Administração da Companhia avaliou como possível as chances de perda nessas ações, nos montantes de R\$ 67.938 mil de R\$ 232.065 mil, e, portanto, nenhuma provisão foi registrada nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas respectivamente, em 30 de junho de 2016. No entanto, caso essas ações tenham um desfecho negativo, a posição financeira da Companhia deverá sofrer impacto relevante.

Mandado de Busca e Apreensão

15. Na Nota Explicativa nº 24 a Administração informa que no mês de setembro de 2016 a Companhia foi alvo de Mandado de Busca e Apreensão expedido pela 10ª Vara Federal de Brasília, assim como teve o bloqueio de suas contas bancárias determinado pela 10ª Vara Criminal Federal em Brasília. Esses fatos são decorrentes da operação que apura crimes de gestão temerária e fraudulenta contra fundos de pensão. A Administração da Companhia contratou firma de auditoria para realizar investigação independente em suas contas.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

16. Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa



revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 2016.

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI Auditores Independentes S/S CRC-SP-5.528-S-RJ

Antonio Carlos de Oliveira Pires Contador-CRC-RJ-065.305/O-RJ

Fullaw lackes ch O. L.

Multiner S.A. Balanço Patrimonial Periodos findos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (*Em milhares de Reais*)

			Controladora		Consolidado			
Ativo	Nota	30/06/2016	31/12/2015 Reapresentado	01/01/2015 Reapresentado	30/06/2016	31/12/2015 Reapresentado	01/01/2015 Reapresentado	
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.066	677	143.792	1.125	707	144.810	
Depósitos vinculados - contas reserva		-	-	-	-	-	-	
Contas a receber	4	-	-	-	143.197	145.964	153.379	
Tributos a recuperar	6	1.137	1.946	1.917	6.571	10.750	10.838	
Arrendamento financeiro	8	-	-	-	13.521	13.033	12.109	
Estoque de peças	13	-	_	-	17.088	16.062	7.763	
Bens disponíveis para a venda		-	_	-	147	147	147	
Despesas antecipadas		142	123	108	315	572	419	
Adiantamento a fornecedores	5	1.057	1.129	929	1.719	1.362	1.168	
Outros créditos ativo CP			1	1_	508	448	305	
Total ativo circulante		3.402	3.876	146.747	184.191	189.045	330.938	
Não circulante								
Tributos a recuperar	6	-	-	-	50.369	43.759	39.132	
Arrendamento financeiro	8	-	-	-	189.890	196.775	209.808	
Depositos judiciais		196	212	179	271	286	255	
Partes relacionadas	7	497.998	484.787	380.286	474.447	466.667	376.807	
Outros créditos ativo LP		20	20	20	20	20	20	
Adiantamentos a fornecedores	5	103	102	102	741	741	2.768	
Intangível	10	261	264	325	111.233	169.726	181.030	
Investimento	11	59.149	59.198	73.025	-	-	14.737	
Imobilizado	12	145	154	254	27.967	27.978	26.062	
Propriedade para investimento	9	5.298	5.298	5.298	5.298	5.298	5.298	
Total ativo não circulante		563.170	550.035	459.489	860.236	911.250	855.917	
Total ativo		566.572	553.911	606.236	1.044.427	1.100.295	1.186.855	

Multiner S.A. Balanço Patrimonial Periodos findos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (*Em milhares de Reais*)

			Controladora		Consolidado			
Passivo	Nota	30/06/2016	31/12/2015 Reapresentado	01/01/2015 Reapresentado	30/06/2016	31/12/2015 Reapresentado	01/01/2015 Reapresentado	
Circulante								
Empréstimos e financiamentos	16	_	-	_	520.727	482.704	513.040	
Debêntures	16	18.335	16.565	13.695	18.335	16.565	13.695	
Fornecedores	14	1.017	1.152	1.046	185.881	210.684	196.298	
Obrigações sociais e trabalhistas		629	562	515	871	710	672	
Obrigações tributárias	15	1.718	1.114	408	13.704	13.125	12.689	
Outras obrigações		-	-	-	1.064	968	791	
Provisão passivo a descoberto	11	319.095	219.533	103.622	67.772	45.536	1.819	
Total passivo circulante		340.794	238.926	119.286	808.354	770.292	739.004	
Passivo não circulante								
Fornecedores	14	-	-	-	3.377	3.374	3.374	
Obrigações tributárias	15	85	99	-	2.911	7.165	15.545	
Provisão para contingências	18	1.192	1.157	1.564	2.528	2.530	2.900	
Partes relacionadas	7	-	-	62.498	12	-	-	
Outras obrigações		2	4	3	5.055	4.660	3.967	
Total passivo não circulante		1.279	1.260	64.065	13.883	17.729	25.786	
Patrimônio líquido								
Capital social	17a	855.828	855.828	855.811	855.828	855.828	855.811	
Reserva de capital	17d	543.916	543.916	543.916	543.916	543.916	543.916	
Prejuízos acumulados		(1.175.245)	(1.086.019)	(976.842)	(1.175.245)	(1.086.019)	(976.842)	
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores		224.499	313.725	422.885	224.499	313.725	422.885	
Acionistas não controladores					(2.310)	(1.452)	(820)	
Total do patrimônio líquido		224.499	313.725	422.885	222.189	312.273	422.065	
Total do passivo e patrimônio líquido		566.572	553.911	606.236	1.044.427	1.100.295	1.186.855	

Multiner S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

			Co	ntroladora			Consolidado			
		Trimestre	Acumulado do	Trimestre do	Acumulado do	Trimestre	Acumulado do	Trimestre do	Acumulado do	
		atual	atual período	período anterior 01/04/2015 à	período anterior 01/01/2015 à	atual	atual período	período anterior 01/04/2015 à	período anterior 01/01/2015 à	
	Nota	01/04/2016 à	01/01/2016 à	30/06/2015	30/06/2015	01/04/2016 à	01/01/2016 à	30/06/2015 a	30/06/2015	
		30/06/2016	30/06/2016	Reapresentação	Reapresentado	30/06/2016	30/06/2016	Reapresentação	Reapresentado	
Receita operacional líquida	19	-	-	-	-	16.300	30.814	13.803	27.110	
Custo dos serviços	20					(7.653)	(18.972)	(5.104)	(10.680)	
Lucro bruto		-				8.647	11.842	8.699	16.430	
Receitas (despesas) operacionais										
Gerais e administrativas	21(a)	(3.346)	(6.110)	(2.919)	(5.441)	(4.455)	(8.473)	(4.351)	(7.845)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21(b)	221	221	486	486	(50.039)	(51.140)	(2.430)	(5.496)	
Resultado de equivalência patrimonial	11	(64.505)	(99.611)	(39.270)	(44.788)	(4.817)	(21.466)	(23.536)	(13.234)	
Total receitas (despesas) operacionais		(67.630)	(105.500)	(41.703)	(49.743)	(59.311)	(81.079)	(30.317)	(26.575)	
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e										
impostos		(67.630)	(105.500)	(41.703)	(49.743)	(50.664)	(69.237)	(21.618)	(10.145)	
Despesas financeiras	22	(2.401)	(6.048)	(3.878)	(7.465)	(27.446)	(57.438)	(32.252)	(62.334)	
Receitas financeiras	22	13.160	25.723	16.346	31.225	21.172	40.760	24.619	46.466	
Resultado financeiro		10.759	19.675	12.468	23.760	(6.274)	(16.678)	(7.633)	(15.868)	
Prejuízo antes do imposto de renda e de contribuição social		(56.871)	(85.825)	(29.235)	(25.983)	(56.938)	(85.915)	(29.251)	(26.013)	
Imposto de renda e contribuição social corrente		(1.926)	(3.401)	_	_	(1.926)	(3.401)	_	_	
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-				-			
Prejuízo líquido do período		(58.797)	(89.226)	(29.235)	(25.983)	(58.864)	(89.316)	(29.251)	(26.013)	
Participação dos não controladores		-	-	-	-	67	90	16	30	
Prejuízo líquido do período		(58.797)	(89.226)	(29.235)	(25.983)	(58.797)	(89.226)	(29.235)	(25.983)	

Multiner S.A. Demonstrações do valor adicionado Períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015 (*Em milhares de Reais*)

(2m mana es de Redis)	Contro	ladora	Conso	lidado
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Receitas				
Venda de energia	-	-	66.844	63.522
Insumos adquiridos de terceiros	(2.692)	(2.624)	(71.644)	(18.148)
Serviços de terceiros	(1.226)	(981)	(14.226)	(8.576)
Materiais, energia e outros	(1.466)	(1.643)	(57.418)	(9.572)
Valor adicionado bruto	(2.692)	(2.624)	(4.800)	45.374
Retenções	(64)	(15)	(14.749)	(14.676)
Depreciação e amortização	(64)	(15)	(66)	(17)
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	(450)	(414)
Amortização do Arrendamento Financeiro	-	-	(14.233)	(14.245)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(2.756)	(2.639)	(19.549)	30.698
Valor adicionado recebido em tranferência	(73.888)	(13.563)	19.294	33.232
Resultado de equivalência patrimonial	(99.611)	(44.788)	(21.466)	(13.234)
Receitas financeiras	25.723	31.225	40.760	46.466
Valor adicionado a distribuir	(76.644)	(16.202)	(255)	63.930
Pessoal	906	1.197	2.667	2.970
Remuneração direta	-	-	1.076	973
FGTS	-	-	131	87
Beneficios	-	-	554	700
Honorários dos administradores	906	1.197	906	1.210
Tributos	4.735	205	26.410	22.089
Federais	4.719	84	9.683	6.087
Estaduais	-	-	16.711	15.880
Municipais	16	121	16	122
Remuneração de capitais de terceiros	6.941	8.379	59.894	64.854
Aluguéis	893	914	2.456	2.520
Despesas financeiras	6.048	7.465	57.438	62.334
Remuneração de capitais próprios	(89.226)	(25.983)	(89.226)	(25.983)
Prejuízo do período	(89.226)	(36.038)	(89.226)	(25.983)
Valor adicionado distribuído	(76.644)	(16.202)	(255)	63.930

Multiner S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes
Períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

		Con	troladora			Cor	ns olidado	
	Trimestre atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do atual período 01/01/2016 à 30/06/2016	Trimestre do período anterior 01/04/2015 à 30/06/2015 Reapresentação	Acumulado do período anterior 01/01/2015 à 30/06/2015 Reapresentado	Trimestre atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do atual período 01/01/2016 à 30/06/2016	Trimestre do período anterior 01/04/2015 à 30/06/2015 Reapresentação	Acumulado do período anterior 01/01/2015 à 30/06/2015 Reapresentado
Prejuízo líquido do período	(58.797)	(89.226)	(29.235)	(25.983)	(58.797)	(89.226)	(29.235)	(25.983)
Resultado abrangente total	(58.797)	(89.226)	(29.235)	(25.983)	(58.797)	(89.226)	(29.235)	(25.983)

Multiner S.A. Demonstrações dos fluxos de caixa Períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	Contro	ladora	Consol	idado
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do período	(89.226)	(25.983)	(89.226)	(25.983)
Ajustes por:				
Resultado de equivalência patrimonial	99.611	44.788	21.378	19.574
Juros ativos s/ operações de mutuos	(25.455)	(21.508)	(29.640)	(23.549)
Juros passivos sobre mutuos	1.583	3.834	4.250	2.041
Juros debentures	1.770	1.235	1.770	1.235
Juros de empréstimos e financiamentos - CCBs	-	-	45.657	45.532
Custo de Captação	-	-	2.886	2.886
Amortização do Ágio	-	-		6.132
Impairment do Ágio	-	-	58.488	-
Depreciação e amortização	64	15	66	17
Provisão para contingências	35	-	- (2)	- 27
Reversão de provisão para contingências Juros s/ Arrendamento Financeiro	-	-	(2) (7.836)	37 (8.302)
Amortização do Arrendamento Financeiro	-	_	14.233	14.245
Participação dos não controladores	_	_	14.235	14.245
i articipação dos não controladores				
Redução (aumento) nos ativos	(11.618)	2.381	22.024	33.865
Redução (adificito) nos ativos				
Contas a receber	-	-	2.767	951
Tributos a recuperar	808	(4.452)	(2.431)	(6.096)
Despesas antecipadas	(20)	(72)	257	105
Adiantamento a fornecedores	74	(335)	(356)	(924)
Depósitos judiciais	15	(33)	15	(33)
Estoque de peças	-	-	(1.026)	(3.680)
Outros ativos			(61)	(84)
	877	(4.892)	(835)	(9.761)
(Aumento) diminuição dos passivos				
Fornecedores	(131)	52	(24.800)	(11.509)
Obrigações sociais e trabalhistas	67	167	161	235
Obrigações tributárias	589	2.391	(3.672)	1.045
Outros passivos			497	400
	525	2.610	(27.814)	(9.829)
Coine Kontile des attailedes conservations				
Caixa líquido das atividades operacionais	(10.216)	99	(6.625)	14.275
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisição de Imobilizado	(55)	(34)	(55)	(34)
Aporte de Capital	(1.322)	(1.526)		
Caixa líquido das atividades de investimento	(1.377)	(1.560)	(55)	(34)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
	11.002	11 627	17.600	11.701
Recebimentos - partes relacionadas	11.982	11.637	17.620	11.721
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - Juros	-	-	(5.824) (4.697)	(13.515)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - Principal		<u>-</u> _	(4.697)	(10.706)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	11.982	11.637	7.099	(12.500)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	389	10.176	419	1.741
Saldo no início do período	677	143.792	706	144.809
Saldo no final do período	1.066	153.968	1.125	146.550
	1.000	200.700	1.120	1.0.000
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	389	10.176	419	1.741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis interme $\Phi \!\!\!\!/ \!\!\!/ \!\!\!/ 3$ ias

Multiner S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Períodos findos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de Reais)

		Reserva de	capital				
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Reserva de capital	Lucros / Pre juízos acumulados	Acionistas da empresa individual	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	855.811	465.801	78.115	(853.511)	546.215		546.215
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(123.331)	(123.331)	(820)	(124.151)
Saldos em 31 de dezembro de 2014 - Reapresentado	855.811	465.801	78.115	(976.842)	422.884	(820)	422.064
Aumento de capital Prejuízo líquido do exercício	17	-	-	(109.177)	17 (109.177)	(632)	17 (109.809)
Saldos em 31 de dezembro de 2015 - Reapresentado	855.828	465.801	78.115	(1.086.019)	313.724	(1.452)	312.273
Prejuízo líquido do período	-	-	-	(89.226)	(89.226)	(858)	(90.084)
Saldos em 30 de junho de 2016	855.828	465.801	78.115	(1.175.245)	224.499	(2.310)	222.189

Notas explicativas às Demonstrações contábeis intermediárias

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Informações gerais e contexto operacional

A Multiner S.A. ("Multiner" ou "Companhia") é uma holding, na forma de sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil, que detêm autorizações de uso do bem público, na condição de produtor independente. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

O controle acionário da Companhia é exercido pela Bolognesi Energia S.A. (31,23% das ações ON), com sede em Porto Alegre/RS – Brasil, e Brasilterm Energia S.A. (20,49% das ações ON), com sede em Porto Alegre/RS – Brasil, empresas do Grupo Bolognesi. O Multiner Fundo de Investimento em Participações (Multiner FIP), gerido pela Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil, constituído sob a forma de condomínio fechado e formado por entidades fechadas de previdência complementar, detém a participação residual não controladora (48,28% das ações ON).

A Companhia participa em sociedades cujo objeto inclua (i) usinas de geração de energia termoelétrica, óleo combustível e/ou gás natural (UTE), (ii) comércio atacadista de energia elétrica, (iii) usina de geração de energia elétrica de fonte eólica.

A capacidade instalada da Companhia em 30 de junho de 2016 é de 236,8 MWh em usinas em operação.

Relação dos ativos de geração de energia elétrica

			Contrato de Concessão	Prazo da Concessão/Autorização		Início Operação
Empresas	Fonte	Situação	ANEEL n°	Início	Término	Comercial
Rio Amazonas Energia S.A. (UTE Cristiano Rocha)	Óleo/GNL	Em operação	Resolução nº 733	24/10/2006	24/10/2036	16/11/2006
New Energy Options Geração de Energia S.A. (Parque Eólico Alegria	Eólica	Em operação	Resolução nº 663	30/11/2002	30/11/2032	30/12/2010
New Energy Options Geração de Energia S.A. (Parque Eólico Alegria	Eólica	Em operação	Resolução nº 662	30/11/2002	30/11/2032	30/12/2011
Termelétrica Itapebi S.A.	Óleo	Outorga revogada				
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	Óleo	Outorga revogada				
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	Óleo	Outorga revogada				
Termelétrica Termopower V S.A.	Óleo	Outorga revogada				
Termelétrica Termopower VI S.A.	Óleo	Outorga revogada				

Cumprimento de obrigações contratuais de instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2016, pelo não cumprimento de obrigações condicionadas no 1º Aditivo ao contrato de reorganizarção financeira da Multiner S.A., o saldo devedor no passivo não circulante no montante de R\$ 274.783 foi contabilizado em sua totalidade no passivo circulante. As conversões de CCB's (Cédula de Crédito Bancário) para capital social, deverão ser cumpridas, visto que se trata de um projeto viável para seus investidores. A Administração da Companhia está atuando fortemente junto aos seus credores para realizar o reperfilamento de dívidas já vencidas, com intuito de equacionar a estrutura do endividamento.

Operação Greenfield

No dia 5 de setembro de 2016, foi cumprido no Rio de Janeiro, sede da Multiner, o Mandado de Busca e Apreensão expedido pelo Juiz Federal da 10ª Vara Federal de Brasília no âmbito do Processo nº 373250-67.2016.4.01.3400 que investiga os investimentos realizados pelos fundos de pensão por meio de FIPs (Fundos de Investimento em Participações), entre os quais se encontra o FIP Multiner, que detém 48,28% das ações ON de emissão da Companhia.

Em consonância a investigação denominada "Greenfield", foi emitida, no dia 13 de setembro de 2016, a ordem judicial de bloqueio das contas bancárias da Controladora, expedida cautelarmente nos autos do Processo n.º 37.371- 11.2016.4.01.3400, em curso perante a 10ª Vara Criminal Federal em Brasília. A Companhia respeita a decisão da Justiça, mas entende que a cautela não é estritamente necessária, pois tem disposição em cooperar, de forma transparente, com a elucidação dos fatos apurados pela Operação Greenfield. Para tanto, adotará imediatamente as medidas judiciais cabíveis para resguardar os seus legítimos interesses. O caixa e equivalente de caixa das controladas New Energy Options Geração de Energia S.A. e Rio Amazonas Energia S.A. não foram afetadas pela medida cautelar.

A Diretoria da Companhia aprovou a contratação da BDO para realizar o processo de investigação independente sobre as contas de 2015 e 2016, e períodos anteriores desde a criação da Multiner S.A. e suas controladas.

Continuidade operacional

A Companhia apresenta capital circulante negativo em virtude de seu endividamento ter sido reclassificado para o curto prazo, em razão de pendência de aditamento da documentação, mas que não refletem em compromisso de caixa de curto prazo. O endividamento da Companhia foi preponderantemente contratado com partes relacionadas, as quais acordaram por meio do Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização e de Financiamento de 14 de julho de 2014 a converter parcela significativa do endividamento da Companhia em capital de Mesa S.A., e alongar as amortizações para o longo prazo. Considerando estes ajustes, a Companhia passará a deter capital circulante positivo.

As principais controladas da Companhia são empresas operacionais, que possuem contratos firmados de compra e venda de energia elétrica de longo prazo. Dessa forma, a Companhia entende que seu risco de descontinuidade é remoto, não havendo nenhuma obrigação relevante no curto prazo com efeito caixa fora as obrigações com partes relacionadas.

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

a. Declaração de conformidade

As informações contábeis individuais e consolidadas intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas para o trimestre e período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 de acordo com o CPC 21 (R1) — Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais —

ITR. As informações contábeis individuais e consolidadas intermediarias para o trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2016 também estão de acordo com o IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitido pelo Internacional Accounting Standards Board ("IASB").

A emissão das informações contábeis individuais e consolidadas intermediárias foi autorizada pela Administração em 23 de dezembro de 2016.

b. Base de preparação e apresentação

As informações contábeis individuais e consolidadas intermediarias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, os quais são mensurados pelo valor justo.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis individuais e consolidadas intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas informações contábeis individuais e consolidadas intermediárias podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Os dados quantitativos, tais como volumes e números de unidades consumidoras, não foram objeto de revisão dos auditores independentes.

Reapresentação de saldos comparativos

A atual Administração da Companhia, após reavaliação de determinados conceitos e critérios, e com objetivo de melhor apresentar a posição patrimonial e dos resultados em consonância com as normas contábeis e demais práticas adotadas, procedeu com a reclassificação de algumas rubricas contábeis e correção de erro. Os exercícios e períodos afetados pela reapresentação foram 01 de janeiro de 2015, 31 de março de 2015, 30 de junho de 2015, 30 de setembro de 2015, 31 de dezembro de 2015, 31 de março de 2016 e 30 de junho de 2016. Para estes Demonstrativos Financeiros, será abordado somente os períodos que compreendem em 01/01/2015, 30/06/2015 e 31/12/2015.

(i) Saldo de reapresentação 01 de janeiro de 2015:

		Controladora - 01	5	Consolidado - 01/01/2015				
	Publicado	Correção de	D 6	D (1	D.I.F. I	Correção de	D. C	D (1
Ativo	Publicado	erro	Ref.	Reapresentado	Publicado	erro	Ref.	Reapresentado
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	143.792	-		143.792	144.810	-		144.810
Depósitos vinculados - contas reserva	-	-		-	-	-		-
Contas a receber	-	-		-	153.379	-		153.379
Tributos a recuperar	-	1.917	(a)(e)	1.917	11.027	(189)	(e)	10.838
Arrendamento financeiro	-	-		-	12.883	(774)	(b)	12.109
Estoque de peças	-	-		-	-	7.763	(a)	7.763
Bens disponíveis para a venda	-	-		-	147	-		147
Despesas antecipadas	108	-		108	419	-		419
Adiantamento a fornecedores	927	2	(a)	929	939	229	(a)	1.168
Outros créditos	3	(2)	(a)	1	534	(229)	(a)	305
Total ativo circulante	144.830	1.917		146.747	324.138	6.800		330.938
Não circulante								
Tributos a recuperar	2.106	(2.106)	(a)(e)	_	39.132	_		39.132
Impostos diferidos	-			_	20.351	(20.351)	(c)	_
Arrendamento financeiro	-	_		_	191.130	18.678	(b)	209.808
Depositos judiciais	179	_		179	255	_		255
Partes relacionadas	369.781	10.505	(a)	380.286	369.781	7.026	(a)	376.807
Outros créditos	_	20	(a)	20	_	20	(a)	20
Adiantamentos para futuro aumento de capital	10,505	(10.505)	(a)	_	7.026	(7.026)	(a)	_
Adiantamentos a fornecedores	122	(20)	(a)	102	2.788	(20)	(a)	2.768
Intangível	325	-		325	218.786	(37.756)	(d)	181.030
Investimento	107.696	(34.671)	(d)	73.025	14.737	-		14.737
Imobilizado	254			254	26.062	_		26.062
Propriedade para investimento	5.298			5.298	5.298			5.298
Total ativo não circulante	496.266	(36.777)		459.489	895.346	(39.429)		855.917
Total ativo	641.096	(34.860)		606.236	1.219.484	(32.629)		1.186.855

		Controladora - 0	15	Consolidado - 01/01/2015				
Passivo	Publicado	Correção de erro	Ref.	Reapresentado	Publicado	Correção de erro	Ref.	Reapresentado
Circulante								
Empréstimos e financiamentos	13.695	(13.695)	(a)	-	174.157	338.883	(a)	513.040
Debêntures	-	13.695	(a)	13.695	-	13.695	(a)	13.695
Fornecedores	1.046	-		1.046	164.028	32.270	(a)	196.298
Obrigações sociais e trabalhistas	515	-		515	672	-		672
Obrigações tributárias	408	-		408	12.689	-		12.689
Outras obrigações	-	-		-	791	-		791
Partes relacionadas	-	-		-	10	(10)		-
Provisão passivo a descoberto		103.622	(a)(f)	103.622		1.819	(a)	1.819
Total passivo circulante	15.664	103.622		119.286	352.347	386.657		739.004
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos		-		-	376.704	(376.704)	(h)	-
Fornecedores		-		-	3.374	_	(a)	3.374
Obrigações tributárias	-	-		-	15.545	_		15.545
Impostos diferidos		-		-	44.896	(44.896)	(c)	-
Provisão passivo a descoberto	175.689	(175.689)	(a)(f)	-	1.819	(1.819)	(a)	-
Provisão para contingências	1.564	-		1.564	35.170	(32.270)	(a)	2.900
Partes relacionadas	62.498	-		62.498	3.950	(3.950)		-
Outras obrigações	3			3	3	3.964		3.967
Total passivo não circulante	239.754	(175.689)		64.065	481.461	(455.675)		25.786
Patrimônio líquido								
Capital social	855.811	-		855.811	855.811	-		855.811
Reserva de capital	543.916	-		543.916	543.916	-		543.916
Prejuízos acumulados	(1.014.049)	37.207	(g)	(976.842)	(1.014.049)	37.207	(g)	(976.842)
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores	385.678	37.207		422.885	385.678	37.207		422.885
Acionistas não controladores					(2)	(818)		(820)
Total do patrimônio líquido	385.678	37.207		422.885	385.676	36.389		422.065
Total do passivo e patrimônio líquido	641.096	(34.860)		606.236	1.219.484	(32.629)		1.186.855

A natureza das reclassificações realizadas encontra-se descrita a seguir:

(a) Com o intuito de alinhar o critério de apresentação com as melhores práticas das Companhias do setor elétrico, reclassificou os saldos patrimoniais para:

<u>Ativo</u>

- A rubrica "Tributos a recuperar" no ativo não circulante para o ativo circulante na Controladora;
- A rubrica de "Adiantamento para futuro aumento de Capital" para "Partes relacionadas" na Controladora e no Consolidado;
- A rubrica de "Adiantamento a fornecedores" para "Outros créditos" na Controladora e no Consolidado;
- A rubrica "Arrendamento Financeiro" para "Estoques" no Consolidado;
- A rubrica "Outros créditos" no ativo circundante para "Adiantamento a Fornecedores".

Passivo

- A rubrica "Empréstimos e Financiamentos" para "Debêntures" na Controladora e Consolidado;
- A rubrica "Provisão para passivo descoberto" no passivo não circulante para circulante na Controladora no Consolidado;
- A rubrica "Provisão para contingências" para "Fornecedores" referente ao processo da Caterpillar Motoren GMBF & CO;
- (b) Anteriormente, a Companhia praticava uma taxa de desconto do qual não foi identificado histórico. O percentual para a TIR (Taxa Interna de Retorno) era de 10,79% e considerava o valor atualizado da receita, desta forma, a receita financeira era carregado por duplicidade de atualização. Outro ponto identificado, é que a Companhia não considerava os custos fixos para fins de cálculo. Para chegar ao valor do ajuste, foi elaborado o cálculo da TIR através de pagamentos futuros, reduzindo a atualização monetária e os custos fixos. Desta forma, chegou-se ao percentual de 7,51%. Adicionalmente, reclassificou-se os valores que estavam na rubrica de diferido, pois referem-se a capitalização de juros e IOF no momento da conversão a gás da Usina RAESA. Desta forma, o valor deveria ser adicionado ao arrendamento e amortizado pelo prazo do Contrato de Suprimentos. Realizou-se os estornos das amortizações ocorridas até 30 de junho de 2016, considerando assim, somente o ajuste de amortização, conforme recálculo. A reconciliação do saldo ajustado é a seguinte:

	Consolidado
Ajuste do leasing	
Reclassificação para estoque	(7.764)
Ajuste receita financeira - Novo Cálculo	(21.635)
Ajuste amortização - Novo Cálculo	6.885
Reclassificação de diferido para Arrendamento Financeiro	40.418
Total dos ajustes	17.904

(c) Não foi identificada evidências para a contabilização dos valores referente a impostos diferidos ativos e passivos na Controladora e no Consolidado, tão pouco a existência de diferenças temporárias nas apurações de impostos. Desta forma, o montante remanesceste foi baixado. A reconciliação do saldo ajustado é a seguinte:

	Consolidado
Ajuste imposto diferido ativo 2007PP ágio	43.080
Ajuste imposto diferido passivo 2007PP ágio	1.816
Ajuste imposto diferido ativo Multiner ágio	(1.096)
Ajuste imposto diferido passivo RAESA Leasing	(19.255)
Total dos ajustes	24.545

- (d) No exercício de 2011, foi revertido o ágio por compra vantajosa da 2007 Participações S.A., investida direta da Multiner S.A., no montante de R\$ 34.671 na Controladora, porém, no exercício de 2012, o saldo foi revertido na contabilidade. É vedada pelo CPC 01 (R1) (CPC, 2010, p. 38) a reversão de perda por *impairment* de *goodwill* e de ativos intangíveis de vida útil indefinida. Dessa maneira, havendo uma reversão de perda relativa a unidade geradora de caixa a qual esteja alocado por expectativa de rentabilidade futura, não se reverterá a parte referente ao *goodwill* baixado anteriormente. A diferença no saldo do Consolidado de R\$ 3.085 era eliminado, porém, não se identificou embasamento técnico para tal eliminação.
- (e) O Ajuste no montante de R\$ 189 na Controladora e Consolidado refere-se a créditos de PIS e COFINS do exercício de 2014 que foram contabilizados no exercício de 2016. De acordo com o CPC 23 Politicas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro, a entidade deve ajustar o saldo de abertura de cada componente do Patrimônio Liquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado. Como os ajustes referente ao exercício de 2014, reapresentamos nos saldos iniciais do exercício de 2015.
- (f) O Ajuste no montante de R\$ 72.067 na Controladora refere-se a ajustes ocorridos em exercícios anteriores. De acordo com o CPC 23 Politicas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro, a entidade deve ajustar o saldo de abertura de cada componente do Patrimônio Líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado. Como os ajustes referem-se ao exercício de 2014, reapresentamos nos saldos iniciais do exercício de 2015. A reconciliação do saldo ajustado é a seguinte:

	Controladora
Saldo anterior	175.689
Registro do ágio ref.2007 Part - RAESA	(95.772)
Ajuste de equivalência - Baixa de imposto diferido RAESA	2.296
Ajuste de equivalência - Exercicios anteriores a 01/01/2015	(10.146)
Total dos ajustes	72.067

(g) Reconciliação do Patrimônio líquido:

	Consolidado
	Controladora
Saldo anterior	(1.014.049)
Registro do ágio ref.2007 Part - RAESA	(34.671)
Ajuste de equivalência - Baixa de imposto diferido RAESA	95.773
Ajuste de equivalência - Recalculo de juros CCBs RAESA	(24.126)
Ajuste de equivalência - Exercicios anteriores a 01/01/2015	231
Total dos ajustes	(976.842)

(h) Os ajustes referem-se ao recálculo das CCBs (Cédula de Crédito Bancário) da investida indireta Rio Amazonas Energia S.A.

(ii) Saldo de reapresentação 31 de dezembro de 2015:

		Controladora - 31	Consolidado - 31/12/2015					
Ativo	Publicado	Correção de erro	Ref.	Reapresentado	Publicado	Correção de erro	Ref.	Reapresentado
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	677	-		677	707	-		707
Contas a receber	-	_		-	145.964	-		145.964
Tributos a recuperar	=	1.946	(a)(e)	1.946	10.939	(189)	(e)	10.750
Arrendamento financeiro	<u>=</u>	-		-	14.586	(1.553)	(b)	13.033
Estoque de peças	=	-		=		16.062	(a)	16.062
Bens disponíveis para a venda	-	_		_	147	_		147
Despesas antecipadas	123	-		123	572	_		572
Adiantamento a fornecedores	1.129	-		1.129	1.322	40	(a)	1.362
Outros créditos ativo CP	1			1	488	(40)	(a)	448
Total ativo circulante	1.930	1.946		3.876	174.725	14.320		189.045
Não circulante								
Tributos a recuperar	2.134	(2.134)	(a)(e)	-	43.759	-		43.759
Impostos diferidos	-	_		-	17.960	(17.960)	(c)	-
Arrendamento financeiro	-	-		-	186.392	10.383	(b)	196.775
Depositos judiciais	212	-		212	286	-		286
Partes relacionadas	546.240	(61.453)	(a)	484.787	459.651	7.016	(a)	466.667
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.212	(7.212)	(a)	-	7.026	(7.026)	(a)	-
Outros créditos ativo LP	-	20	(a)	20	-	20	(a)	20
Adiantamentos a fornecedores	122	(20)	(a)	102	761	(20)	(a)	741
Intangível	264	_		264	206.460	(36.734)	(d)	169.726
Investimento	93.869	(34.671)	(d)	59.198	-			-
Imobilizado	154			154	27.978	-		27.978
Propriedade para investimento	5.298			5.298	5.298			5.298
Total ativo não circulante	655.505	(105.470)		550.035	955.571	(44.321)		911.250
Total ativo	657.435	(103.524)		553.911	1.130.296	(30.001)		1.100.295

	Controladora - 31/12/2015				Consolidado - 31/12/2015			
Passivo	Publicado	Correção de erro	Ref.	Reapresentado	Publicado	Correção de erro	Ref.	Reapresentado
Circulante								
Empréstimos e financiamentos	16.565	(16.565)	(a)	-	242.650	240.054	(a)	482.704
Debêntures	-	16.565	(a)	16.565	-	16.565	(a)(h)	16.565
Fornecedores	1.152	-		1.152	168.182	42.502	(a)	210.684
Obrigações sociais e trabalhistas	562	-		562	710	-		710
Obrigações tributárias	1.114	-		1.114	13.125	-		13.125
Outras obrigações	-	-		-	968	-		968
Partes relacionadas	10	(10)	(a)	-	10	(10)	(a)	-
Provisão passivo a descoberto		219.533	(a)(f)	219.533	-	45.536	(a)	45.536
Total passivo circulante	19.403	219.523		238.926	425.645	344.647		770.292
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	-	_		-	261.320	(261.320)	(h)	_
Fornecedores	-	-		-	3.374			3.374
Obrigações tributárias	99	_		99	7.165	_		7.165
Impostos diferidos	-	_		-	38.910	(38.910)	(c)	-
Provisão passivo a descoberto	269.449	(269.449)	(a)(f)	-	45.536	(45.536)	(a)	-
Provisão para contingências	1.157			1.157	45.034	(42.504)	(a)	2.530
Partes relacionadas	68.665	(68.665)	(a)	-	=			-
Outras obrigações	4			4	4.660			4.660
Total passivo não circulante	339.374	(338.114)		1.260	405.999	(388.270)		17.729
Patrimônio líquido								
Capital social	855.828	-		855.828	855.828	-		855.828
Reserva de capital	543.916	-		543.916	543.916	-		543.916
Prejuízos acumulados	(1.101.086)	15.067	(g)	(1.086.019)	(1.101.086)	15.067	(g)	(1.086.019)
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores	298.658	15.067		313.725	298.658	15.067		313.725
Acionistas não controladores					(6)	(1.445)		(1.451)
Total do patrimônio líquido	298.658	15.067		313.725	298.652	13.622		312.274
Total do passivo e patrimônio líquido	657.435	(103.524)		553.911	1.130.296	(30.001)		1.100.295

As referências (a), (e) e (d) já foram explicadas na nota de reapresentação de 01 de janeiro de 2015.

(b) A explicação para o ajuste dos saldos, encontram-se na nota de reapresentação de 01 de janeiro de 2015. Segue abaixo a reconciliação dos saldos:

	Consolidado
Ajuste do leasing	
Reclassificação para estoque	(16.062)
Receita financeira com novo calculo	(37.865)
Amortização com novo calculo	22.339
Reclassificação de diferido para arrendamento	40.418
Total dos ajustes	8.830

(c) A explicação para o ajuste dos saldos, encontram-se na nota de reapresentação de 01 de janeiro de 2015. Segue abaixo a reconciliação dos saldos:

	Consolidado
Ajuste imposto diferido ativo 2007PP ágio	43.080
Ajuste imposto diferido passivo 2007PP ágio	1.816
Ajuste imposto diferido ativo Multiner ágio	(1.096)
Ajuste imposto diferido passivo RAESA Leasing	(19.255)
Ajuste amortização imposto diferido passivo RAESA Leasing	(3.595)
Total dos ajustes	20.950

(d) O Ajuste no montante de R\$ 49.916 na Controladora refere-se a ajustes ocorridos em exercícios anteriores a 01 de janeiro de 2015 no exercício de 2015. De acordo com o CPC 23 — Politicas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro, a entidade deve ajustar o saldo de abertura de cada componente do Patrimônio Líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado. A reconciliação do saldo ajustado é a seguinte:

	Controladora
Caldo are 01/01/15	175 690
Saldo em 01/01/15	175.689
Registro do ágio ref.2007 Part - RAESA	(95.772)
Ajuste de equivalência - Baixa de imposto diferido RAESA	2.296
Ajuste de equivalência - Exercicios anteriores a 01/01/2015	(10.146)
Saldo ajustado em 01/01/15	72.067
Ajuste amortização imposto diferido passivo RAESA Leasing	3.595
Reflexo no resultado dos ajustes do arrendamento financeiro	8.925
Ajuste de reversão de ágio	(34.671)
Saldo ajustado em 31/12/15	49.916

(e) Reconciliação do Patrimônio líquido:

	Consolidado Controladora
Saldo em 01/01/15	(1.014.049)
Registro do ágio ref.2007 Part - RAESA	(34.671)
Ajuste de equivalência - Baixa de imposto diferido RAESA	95.773
Ajuste de equivalência - Recalculo de juros CCBs RAESA	(24.126)
Ajuste de equivalência - Exercicios anteriores a 01/01/2015	231
Saldo ajustado em 01/01/15	(976.842)
Resultado do exercicio 31/12/15 anterior	(87.037)
Reflexo no resultado dos ajustes do arrendamento financeiro	(777)
Recalculo de juros CCBs RAESA	(17.769)
Ajuste de reversão de ágio	(3.594)
Saldo ajustado em 31/12/15	(1.086.019)

c. Moeda funcional, conversão de saldos e transação em moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis individuais e consolidadas intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(ii) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços

d. Critérios de consolidação

Investimento em entidades controladas

A Companhia realiza a consolidação das empresas relacionadas a seguir:

	<u>Participação</u>	<u>acionária</u>
Controladas Diretas	30/09/2016	31/12/2015
2007 Participações S.A.	99,99%	99,99%
Termelétrica Itapebi S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower V S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower VI S.A.	100,00%	100,00%

As informações contábeis consolidadas intermediárias do período findo em 30 de junho de 2016 incluem as operações da Companhia e das controladas listadas acima. Entre os principais ajustes de consolidação estão:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Eliminação das participações no capital e lucro (prejuízo) do período das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Controladas em conjunto

Apesar da Multiner possuir a maior parte das ações com direito a voto na New Energy Options Geração de Energia S.A. - NEO e na Companhia Energética do Uruguai – CEU, a Multiner não tem o poder de governar de forma independente as políticas contábeis e operacionais das investidas em razão de acordo firmado com os demais investidores. Consequentemente, a Companhia passou a aplicar o CPC 18, CPC 36 e ICPC 09 – Nova redação – que estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

e. Politicas contábeis e estimativas

A preparação das As informações contábeis individuais e consolidadas intermediarias de acordo com as normas brasileiras de contabilidade exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e

premissas que possam provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas abaixo.

f. Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual de receber caixa ou outro instrumento financeiro, direito contratual de troca de ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições potencialmente favoráveis para a entidade, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade sob determinadas condições. Os principais ativos financeiros da Companhia e suas controladas são:

(a) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações contábeis de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica "Depósito vinculado".

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, contratados nas aplicações contábeis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações contábeis são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização.

(b) Contas a receber

A Companhia e suas controladas classificam os saldos de Contas a receber como instrumentos financeiros "empréstimos e recebíveis". Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva ("custo amortizado") e podem ser reduzidos por ajustes de créditos de liquidação duvidosa. Os saldos de contas a receber incluem valores referentes a faturas emitidas pelo suprimento de energia e créditos relativos a conta de consumo de combustível – CCC.

(c) Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são analisados anualmente para identificar eventuais mudanças que possam indicar redução no seu provável valor de recuperação (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento de maneira significativa ou prolongada.

(d) Baixa de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, elas mantêm esse ativo financeiro e reconhecem um passivo por eventuais montantes recebidos na transação.

(i) Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas e outras contas a pagar.

Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais. Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais sejam possíveis realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

a. Imobilizado

b. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Os saldos de imobilizado referem-se a ativos pertencentes à Multiner S.A. e às seguintes empresas controladas pela Companhia: Termelétrica Monte Pascoal S.A., Termelétrica Itapebi S.A., Termelétrica Pernambuco IV S.A., Termelétrica Termopower V S.A. e Termelétrica Termopower VI S.A., cujos valores estão com provisão de perda de recuperabilidade.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. As vidas úteis estimadas e as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado, estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474 de janeiro de 2012 da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Ajuste ao provável valor recuperável

O imobilizado, investimentos e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas no valor recuperável, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que

é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

c. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

d. Imposto de renda e contribuição social

(i) Imposto de Renda e contribuição social corrente

O Imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Na determinação do imposto de renda a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

(ii) Imposto de Renda e contribuição social diferido

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias existentes na data do balanço entre os valores contábeis e bases fiscais de ativos e passivos.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requerem uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Na medida em que se torne provável haver lucros tributáveis futuros suficientes, a Companhia reconhece um acréscimo no imposto diferido ativo proporcionalmente a esses lucros.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente.

e. Reconhecimento de receita das controladas

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas Demonstrações de Resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

f. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A Companhia não possui ativos intangíveis de vida útil indefinida, para os quais seria requerida a realização de teste de recuperabilidade.

O principal ativo intangível da Companhia é o ágio resultante na aquisição de controladas.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

g. Propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a Companhia deve escolher o método de mensuração desta propriedade. A Companhia decidiu reconhecer suas propriedades a custo de acordo como CPC 27 — Ativo Imobilizado.

h. Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Classificado como patrimônio líquido, as ações preferenciais, não possuem direito a voto, têm direito a um dividendo mínimo de 10% superior aos atribuídos a detentores de ações ordinárias e possuem prioridade, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia no reembolso de sua parcela do capital social.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, em caso de lucro, são reconhecidos como passivo.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015 Reapresentado	30/06/2016	31/12/2015 Reapresentado
Caixa	3	3	3	2
Bancos	1	4	57	31
Aplicações Contábeis	1.062	670	1.065	674
Total	1.066	677	1.125	707

As aplicações contábeis estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário - CDB e Fundos de Investimento de renda fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro.

4 Contas a receber

	Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015 Reapresentado
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. – RAESA (i)	34.745	23.095
(-)Glosa de receita (iii)	(1.258)	(420)
Conta de Consumo de Combustível – CCC (ii)	109.533	123.289
Outros	177	
Total	143.197	145.964

(i) O saldo refere-se a venda de energia com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A., registrado na controlada RAESA. O montante de R\$ 34.745 em 30 de junho de 2016 (R\$ 23.095 em 31 de dezembro de 2015) é composto por:

	Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015 Reapresentado
Faturamento fixo Faturamento variável	28.236 6.509	18.507 4.588
Total	34.745	23.095

(ii) O montante de R\$ 109.533 (R\$ 123.289 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a conta CCC – ISOL (conta consumo de combustível isolado), controlada pela Eletrobrás S.A., que efetua o pagamento do combustível utilizado pela RAESA diretamente à Petrobras Distribuidora, com o objetivo de possibilitar a cobertura de percentuais pré-estabelecidos do custo do combustível utilizado pelas usinas termelétricas por meio de contribuições mensais realizadas por todos os agentes do setor elétrico que comercializam energia elétrica com consumidores finais.

O mandado de segurança foi impetrado, tendo sido julgado procedente, para o fim de, afastando a incidência das Resoluções normativas 347/2009 e 427/2011 da ANEEL, determinar à ANEEL o reembolso de combustível adquirido pela RAESA da Petrobrás Distribuidora com base nos valores constantes em Nota Fiscal.

A Procuradoria emitiu parecer com força executória, determinando o imediato cumprimento da decisão, e esclarecendo sua eficácia: "o reembolso dos valores judicialmente reconhecidos à Rio Amazonas Energia S.A. deve ser realizado a partir da data de 4 de setembro de 2009"

(iii) O montante de R\$ 1.258 em 30 de junho de 2016 (R\$ 420 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a glosa da receita em função da indisponibilidade das maquinas da investidas Rio Amazonas Energia S.A..

5 Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015 Reapresentado	30/06/2016	31/12/2015 Reapresentado
Wartsila Switzerland	-	-	620	180
International Chamber Of Com. Process.	514	625	514	625
Nova Energia Serviços Ltda	450	450	450	450
Engevix Engenharia S.A.	103	103	103	103
Somax Ambiental & Acústica Ltda	-	-	522	522
Areva Transmissão de Energia	-	-	116	116
Outros	93	53	135	108
Total	1.160	1.231	2.460	2.104
Circulante	1.05	7 1.129	1.71	19 1.363
Não Circulante	10	3 102	74	11 742

A natureza dos adiantamentos apresentados acima deve-se a futuro fornecimento de peças, materiais e outros itens cuja utilização serão aplicadas em máquinas e equipamentos.

6 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015 Reapresentado	30/06/2016	31/12/2015 Reapresentado
IRPJ (i)	234	228	37.153	29.314
CSLL (i)	82	79	12.075	13.275
IRRF	-	_	2.251	5.254
COFINS	424	1.125	3.160	4.349
ICMS	-	-	880	1.025
PIS	128	244	723	944
Outros impostos a recuperar	269	270	698	347
Total	1.137	1.946	56.940	55.408
Circulante	1.13	7 1.946	6.5	71 10.749
Não Circulante			50.30	69 43.759

(i) Os saldos de IRPJ e CSLL, apresentados referem-se a retenções de impostos realizado na fonte das investidas Raesa e New Energy, relativo ao faturamento oriundo de 2009 até 2015, esta retenção é reconhecida visto que este faturamento está vinculado a órgãos públicos. A Companhia está em processo de análise dos créditos para solicitação da restituição dos valores.

7 Partes relacionadas

(a) Remuneração de pessoal-chave da administração

De acordo com a Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

O impacto da remuneração dos administradores da Companhia no resultado está apresentado no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015 Reapresentado	30/06/2016	30/06/2015 Reapresentado
Administradores (pró-labore) Conselho de administração e fiscal	517 388	809 388	517 388	809 388
Total	905	1.197	905	1.197

(b) Mútuos com partes relacionadas

Saldos ativos:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015 Reapresentado	30/06/2016	31/12/2015 Reapresentado
Eólica Adm.e Part.Ltda	68.662	65.465	68.662	65.465
Cia Energética do Uruguai S.A.	9.447	9.447	9.447	9.447
Termelétrica Itapebi S.A.	2.706	165	-	-
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	10	-	-	-
2007 Participações S.A.	11	11	-	-
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	14	-	-	-
Termelétrica Termopower V S.A.	25	23	-	-
Termelétrica Termopower VI S.A.	14	-	_	_
Bolognesi Energia S.A. (i)	248.206	233.001	248.206	233.001
New Energy Options S.A.(ii)	69.853	85.652	69.853	85.652
Rio Amazonas Energia S.A.(ii)	20.781	17.921	-	-
Central Energética Palmeiras S.A.	51.528	48.126	51.528	48.126
Termelétrica Pernambuco III S.A.	26.741	24.976	26.751	24.976
Total	497.998	484.787	474.44	466.667

Reconhecimento de Juros Resultado:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016 Res	0/06/2015 apresentado	30/06/2016	30/06/2015 Reapresentado
Bolognesi Energia S.A.	16.468	28.577	16.468	28.577
Eólica Adm.e Part.Ltda	3.197	5.920	3.197	5.920
Central Energética Palmeiras S.A.	3.401	5.890	3.401	5.890
New Energy Options S.A.	571	3.479	571	3.479
Termelétrica Pernambuco III S.A.	1.765	3.015	1.765	3.015
Rio Amazonas Energia S.A.	52			
Total	25.454	46.881	25.40	2 46.881

(i) Do saldo no ativo de R\$ 248.206 (R\$ 233.001 em 31/12/2015), o montante de R\$ 214.147 (R\$ 200.011 em 31/12/15) refere-se ao contrato de mútuo entre Multiner S.A. e a controladora Bolognesi Energia S.A., cujo valor do principal é de R\$ 152.459 e juros de R\$ 61.688 (R\$ 47.552 em 31/12/2015). O valor principal foi remunerado sobre a variação de 105% do índice CDI. Esse valor será utilizado quando da capitalização indireta da Mesa S.A., conforme clausula 2.2.2.1 do primeiro aditivo ao contrato de reorganização da Multiner S.A., assinado em 14 de julho de 2014, desde que cumprida as condições previas ali exposta, dentre elas aquelas descritas na nota explicativa nº17b. O saldo renascente de R\$ 34.059 (R\$ 33.001 em 31/12/2015) trata-se de assunção de dívida dos antigos sócios da Multiner.

Cabe destacar, que incide IOF – Imposto sobre Operação Financeira sobre estas transações, os quais são devidamente registrados e recolhidos.

- (ii) Em 03 de março de 2016, foi deliberado em Ata de Reunião do Conselho de Administração a compensação das Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) de titularidade da Multiner S.A. emitidas pela controlada Rio Amazonas Energia S.A. (RAESA), no montante de R\$ 68.665, que até então estavam reconhecidos como mútuo entre RAESA e Multiner S.A.
- iii) O saldo no ativo refere-se a Cédula de Crédito Bancário (CCBs) adquiridos no âmbito da reorganização financeira da Multiner S.A.. Os referidos CCB's possivelmente serão convertidos em capital social.

Durante o exercício a Companhia manteve relação com a empresa D&B Assessoria e Participações Sociedade Simples, a qual tem como sócio o Sr. Rodrigo Reck Dias, que também é sócio da empresa BRD Assessoria e Participações Ltda, esta por sua vez tem como um dos outros sócios, o Sr. Ronaldo Marcelio Bolognesi, controlador da Bolognesi Energia S.A. e Multiner S.A

8 Arrendamento financeiro a receber

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil e com a ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil, os equipamentos e edificações da controlada Rio Amazonas Energia S.A. (RAESA) se caracterizam como um arrendamento mercantil financeiro, considerando que o contrato de suprimento de energia, firmado com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A., se enquadra nos aspectos exigido pela norma contábil, remunerado pela taxa de retorno de 7,51%, de acordo com a projeção do valor presente dos recebimentos futuros, descontados dos custos fixos das usina. A seguir, os critérios utilizados para embasar como Leasing financeiro:

- (i) A Amazonas Distribuidora de Energia S.A. possui capacidade operacional, porém, seu direito de exercê-lo só se dará após a efetiva transferência do empreendimento, ao final do contrato;
- (ii) Ao final do período do contrato de 20 anos, o empreendimento será transferido para o arrendatário (Amazonas Distribuidora Energia S.A.) sem qualquer indenização ou pagamento devido, e;
- (iii) O contrato determina que a venda de energia produzida pelo empreendimento deve ser única e exclusivamente para a Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

O valor reconhecido como arrendamento financeiro a receber é de:

	Consolidado		
	30/06/2016	31/12/2015 Reapresentado	
Leasing financeiro	203.411	209.808	
Circulante Não circulante	13.521 189.890	13.033 196.775	

Os recebimentos mínimos futuros, a valor presente são os seguintes:

	Consolidado		
	30/06/2016	31/12/2015 Reapresentado	
Até 1 ano	13.521	13.093	
Acima de 1 ano - até 5 anos	86.300	81.678	
Mais de 5 anos	103.590	115.037	
Total	203.411	209.808	

9 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento consistem de terrenos, no município de Sapeaçu, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal S.A. e Termelétrica Itapebi S.A., cujas licenças de instalação e localização foram revogadas, terreno localizado em Cabo de Santo Agostinho e outro terreno na área rural de Santa Rita no Estado da Paraíba, que a Administração ainda está avaliando a sua melhor utilização.

	Cont	roladora	Consolidado		
	30/06/2016	31/12/2015 Reapresentado	30/06/2016	31/12/2015 Reapresentado	
Sapeaçu/BA	667	667	667	667	
Cabo de Santo Agostinho/PE	2.029	2.029	2.029	2.029	
Santa Rita/PB	2.602	2.602	2.602	2.602	
Total	5.298	5.298	5.298	5.298	

A administração decidiu em manter estas propriedades avaliadas pelo custo.

10 Intangível

O intangível é composto pelo ágio na aquisição de investimentos permanentes e por gastos relativos a desenvolvimento de projetos que irão gerar valor econômico futuro para a Companhia, demonstrado a seguir:

	Cont	roladora	Consolidado		
	30/06/2016	31/12/2015 Reapresentado	30/06/2016	31/12/2015 Reapresentado	
Ágio proveniente de compra vantajosa (i) Ágio expectativa de rentabilidade futura - goodwill (ii) Projeto Iraí (iii) Software Obras de arte	254 7	254 10	57.044 53.891 254 10 34	57.044 112.379 254 15 34	
Total	261	264	111.233	169.726	

(i) Ágio proveniente de compra vantajosa:

A Multiner realizou projeções contábeis para as usinas Alegria I e II e para 2007 Participações S.A., controladora da usina Rio Amazonas Energia S.A., denominada 2007 Participações S.A.. A projeção considerou diversos cenários econômicos. Tais estimativas levaram em consideração a receita pela venda de energia, de acordo com os contratos de compra e venda já celebrados, e os custos estimados para a construção e operação de tais usinas.

Considerando o valor presente dos fluxos de caixa, o ágio apurado foi de R\$15.503 para Alegria I e II e R\$ 76.212 para 2007 Participações S.A..

Anualmente, a Companhia realiza a análise de recuperabilidade dos ativos, através da análise dos fluxos de caixa descontado. Desta forma, no exercício de 2011, a Companhia realizou uma baixa por falta de expectativa de recuperabilidade futura do valor recuperável no montante de R\$ 34.671 referente ao ágio apurado na 2007 Participações S.A., que advém da usina Rio Amazonas Energia S.A. Sendo assim, o saldo em 30 de junho de 2016 desta Companhia é R\$ 41.541 somado ao ágio apurado na Alegria I e II de R\$ 15.503.

.

(ii) Ágio por expectativa de rentabilidade futura - goodwill:

Refere-se ao valor presente do contrato de compra de energia firmado entre a Rio Amazonas Energia S.A e Amazonas Distribuidora de Energia S.A., registrado nas informações contábeis consolidadas intermediarias em função da combinação de negócios.

(iii) Projeto Iraí:

Refere-se a 71% dos investimentos realizados pela Companhia Energética do Uruguai S.A. em estudos de revisão de inventário e de viabilidade técnico-econômica, para implantação de uma usina hidrelétrica a ser construída no rio Uruguai. Após a conclusão desses estudos, o mesmo será encaminhado à ANEEL para que seja realizado leilão para a concessão da construção e operação da usina. A Companhia está estudando maneiras de marcar o ativo para venda para recuperar os montantes já investidos no projeto.

11 Investimentos

(a) Controladora – Passivo (Provisão para perda de investimento)

A provisão para perda de investimento é composta pelo valor patrimonial líquido negativo das investidas na data de encerramento do período, conforme apresentado abaixo:

	2007 Participações	New Energy Options	Cia Energética Uruguai	Termelétrica Itapebi	Termelétrica Pernambuco IV	Termopower V	Termopower VI	Total
Informações sobre a empresa em 30/06/16		_		_				
Patrimonio líquido	(228.297)	(82.441)	(2.562)	(24.719)	(615)	6	14	
Ativo circulante	180.121	145.754	-	457	1	34	31	
Ativo não circulante	294.378	862.582	10.668	23.264	5	-	-	
Passivo circulante	672.851	297.821	721	44.007	607	2	3	
Passivo não circulante	29.945	792.956	12.509	4.433	14	25	14	
Resultado do período	(85.591)	(27.795)	-	7.419	(10)	(9)	(9)	
Percentual de participação	99,900%	80,000%	71,000%	100,000%	100,000%	100,000%	100,000%	
Provisão para perda de investimento em 31/12/2014	(78.882)		(1.818)	(21.863)	(654)	(233)	(172)	(103.622)
Aumento de Capital	-	-	-	4.385	82	242	172	4.881
Transferência para/de passivo à descoberto	-	14.737	-	-	-	(15)	(23)	14.699
Equivalência patrimonial	(62.372)	(58.454)	-	(14.659)	(35)	6	23	(135.491)
Provisão para perda de investimento em 31/12/2015	(141.254)	(43.717)	(1.818)	(32.137)	(607)			(219.533)
Equivalência patrimonial	(84.734)	(22.236)	-	7.419	(10)	-	-	(99.561)
Provisão para perda de investimento em 30/06/16	(225.988)	(65.953)	(1.818)	(24.718)	(617)			(319.095)

(b) Consolidado – Provisão (Provisão para perda de investimento)

(i) Em 30 de junho de 2016, o saldo do consolidado refere-se a soma das investidas New Energy Options Geração de Energia S.A. no montante de (R\$ 65.953) e Cia Energética Uruguai – CEU (R\$ 1.818). Ambas empresas não consolidam por obter o controle compartilhado, conforme demonstrado em nota explicativa nº 2d.

(c) Comprometimento de capital

As eventuais garantias necessárias para que a investida New Energy Options Geração de Energia S.A. execute seu objeto social serão obtidas unicamente pela Multiner mediante garantia da outra acionista, Eólica Administração e Participação Ltda., proporcionalmente a sua participação no capital social. A Multiner também tem o compromisso de garantir empréstimos à Eólica Administração e Participação Ltda quando for necessário realizar aumento de capital para fins de cumprimento do objeto social da investida, aportando em nome desta os recursos necessários.

A Multiner tem compromisso, firmado através de acordo de acionistas, de aportar o total de R\$ 8.094 na Companhia Energética do Uruguai S.A., dos quais R\$ 7.026 já foram aportados. A Companhia entende que o aporte de R\$ 1.068 restantes na Cia Energética Uruguai – CEU não será realizado, em função do objetivo de vender sua parte desse ativo e recuperar o valor já aportado.

(d) Controladora – Ativo investimento

	New Energy Options	Termelétrica Monte Pascoal S.A.	Termelétrica Termopower V S.A.	Termelétrica Termopower VI S.A.	Ágio por compra vantajosa	Total
Informações sobre a empresa em 30/06/16						
Patrimonio líquido	(82.441)	2.084	6	14		
Ativo circulante	145.754	145	34	31		
Ativo não circulante	862.582	5.075	-	-		
Passivo circulante	297.821	1.412	3	3		
Passivo não circulante	792.956	1.722	25	14		
Resultado do período	(27.795)	(31)	(9)	(9)		
Percentual de participação	80,000%	100,000%	100,000%	100,000%		
Investimento em 31/12/2014	14.737	1.244			57.044 (i)	73.025
Aumento de Capital	-	948	-	-	-	948
Equivalência patrimonial	-	(76)	-	-	-	(76)
Transferência (para ou de) passivo à descoberto	(14.737)	-	15	23	-	(14.699)
Investimento em 31/12/2015	-	2.116	15	23	57.044	59.198
Equivalência patrimonial	-	(31)	(9)	(9)	-	(49)
Investimento em 30/06/2016		2.085	6	14	57.044	59.149

12 Imobilizado

A. Composição do saldo

	Cont	roladora			
			30/06/2016		31/12/2015
Itens	Taxa de Depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	526	(526)	-	-
Máquinas e equipamentos	10,0% e 6,25%	24	(14)	10	7
Móveis e utensílios	6,25%	129	(77)	52	56
Instalações	10,0%	28	(22)	6	8
Equipamentos de informática e comunicação	16,67% e 6,25% respectivamente	308	(231)	77	83
	Total	1.015	(870)	145	154

	Con	nsolidado			
			30/06/2016		31/12/2015
Itens	Taxa de Depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Terrenos	0,0%	67	-	67	67
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	526	(526)	-	-
Edificações		43.538	-	43.538	43.538
Máquinas e equipamentos	10,0% e 6,25%	32.623	(16)	32.607	32.605
Móveis e utensílios	6,25%	138	(79)	59	64
Instalações	10,0%	28	(22)	6	8
Equipamentos de informática e comunicação	16,67% e 6,25% respectivamente	312	(235)	77	83
		77.232	(878)	76.354	76.365
Ajuste ao valor recuperável	(i)			(48.387)	(48.387)
			Total	27.967	27.978

(i) A Companhia realizou no exercício de 2014 a análise de recuperabilidade dos ativos e realizou ajuste ao provável valor recuperável no montante de R\$ 48.387.

Multiner S.A. Informações contábeis individuais e consolidadas intermediárias em 30 de junho de 2016

a. Movimentação do imobilizado

Controladora									
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática e comunicação	Total			
Saldo em 31 de dezembro de 2014	87	10	65	10	82	254			
Adições	101		_		22	123			
Baixas	<u> </u>		(1)		-	(1)			
Depreciação	(189)	(2)	(7)	(3)	(21)	(222)			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u> </u>	8	64	7	83	154			
Adições					1	1			
Baixas	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	-			
Depreciação	<u></u>	(1)	(2)	(1)	(6)	(10)			
Saldo em 30 de junho de 2016	<u> </u>	7	62	6	78	145			

	Consolidado									
	Terrenos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática e comunicação	Edificações	Ajuste ao valor recuperáve l	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	67	87	32.608	73	10	82	41.522	(48.387)	26.062	
Adições		100	52.801			22		-	52.923	
Baixas			(50.786)	(2)				-	(50.788)	
Depreciação		(189)	(2)	(8)	(3)	(21)		-	(222)	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	67		34.620	63	7	83	41.522	(48.387)	27.978	
Adições			414			1			416	
Baixas			(409)	-					(409)	
Depreciação			(1)	(4)	(1)	(8)			(14)	
Saldo em 30 de junho de 2016	67	-	34.624	59	6	77	41.522	(48.387)	27.967	

13 Estoque

	Con	solidado
	30/06/2016	31/12/2015 Reapresentado
Peças para manutenção	17.088	16.062
Total	17.088	16.062

O saldo de estoque refere-se a peças para manutenção da investida indireta Rio Amazonas Energia S.A..

14 Fornecedores

-	Contro	oladora	Consolidado		
	30/06/2016	31/12/2015 Reapresentado	30/06/2016	31/12/2015 Reapresentado	
Petrobrás Distribuidora S.A. (i)	-	-	113.137	130.884	
Wartsila Brasil Ltda	-	-	13.549	9.675	
Caterpillar Motoren GMBF & CO (ii)	-	-	42.987	51.593	
Wartsila Switzerland	-	-	7.009	8.426	
Wartsila Finland OU	-	-	4.276	5.132	
Grau Sociedade de Advogados	-	-	-	-	
Engevix Construções S.A.	-	-	684	-	
EMPA S.A Serviços de Engenharia	-	-	4.477	4.465	
Davis Polk & Wardwell	443	539	443	539	
Machado Meyer Sendaz e Poice Advogados	283	284	283	283	
Outros	291	329	2.413	3.061	
Total	1.017	1.152	189.258	214.058	
Circulante	1.017	1.152	185.881	210.684	
Não circulante	-		3.377	3.374	

- (i) O montante refere-se ao consumo de combustível da investida indireta RAESA, a ser liquidado pela Eletrobrás (via conta CCC), conforme nota explicativa nº 4.
- (ii) Do saldo em aberto com Caterpillar, o montante de R\$ 33.016 estava sendo discutido judicialmente, sendo reconhecido como causa de perda provável. Em 07 de julho de 2016, houve o despacho na ação do cumprimento de sentença arbitral, determinando que a Termelétrica Itapebi S.A. e/ou sua controladora a efetuasse o pagamento do valor devido. A Companhia fez proposta de pagamento parcelado neste valor à Caterpillar, e aguarda retorno do fornecedor.

15 Obrigações tributárias

	Contr	oladora	Consolidado		
	30/06/2016	31/12/2015 Reapresentado	30/06/2016	31/12/2015 Reapresentado	
IRPJ/CSLL	1.352	526	1.351	526	
ICMS	-	-	2.869	2.884	
IOF	326	340	347	482	
Outros	11	219	628	729	
Total	1.689	1.085	5.195	4.621	
Parcelamentos:					
ICMS (i)	-	-	11.305	15.545	
ITR	114	128	114	128	
Total	114	128	11.419	15.673	
Total geral	1.803	1.213	16.615	20.291	
Circulante	1.718	1.114	13.704	13.126	
Não circulante	85	99	2.911	7.165	

⁽i) O saldo de imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) é oriundo das operações de venda de energia pela investida Rio Amazonas Energia S.A. Em dezembro de 2012, o montante em aberto de R\$ 46.321 foi renegociado junto à Secretaria do Estado do Amazonas, através de processo de parcelamento pactuado em 60 meses, com término em outubro de 2017.

16 Empréstimos, financiamentos debêntures

a. O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é composto da seguinte forma:

	Controladora									
-				Debênture	es					
					30/06/2016		31/	/12/2015 Reapresentac	do	
Financiadores /			Valor	Saldo	Saldo Devedor	Saldo Devedor	Saldo	Saldo Devedor	Saldo Devedor	
Credores	Empresa	Atividade	Contratação	Devedor	Circulante	Não Circulante	Devedor	Circulante	Não Circulante	
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Holding	3.000	6.112	6.112	-	5.522	5.522	-	
Fundiágua (i)	Multiner	Holding	6.000	12.223	12.223		11.043	11.043		
		Total	9.000	18.335	18.335	_	16.565	16.565		

Consolidado									
				Debênture	es				
					30/06/2016		31/1	12/2015 Reapresentad	0
Financiadores /			Valor	Saldo	Saldo Devedor	Saldo Devedor	Saldo	Saldo Devedor	Saldo Devedor
Credores	Empresa	Atividade	Contratação	Devedor	Circulante	Não Circulante	Devedor	Circulante	Não Circulante
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Holding	3.000	6.112	6.112	-	5.522	5.522	-
Fundiágua (i)	Multiner	Holding	6.000	12.223	12.223		11.043	11.043	
		Total	9.000	18.335	18.335	_	16.565	16.565	_

Empréstimos e financiamentos									
					30/06/2016	31/	12/2015 Reapresentad	0	
Financiadores /			Valor	Saldo	Saldo Devedor	Saldo Devedor	Saldo	Saldo Devedor	Saldo Devedor
Credores	Empresa	Atividade	Contratação	Devedor	Circulante	Não Circulante	Devedor	Circulante	Não Circulante
Postalis (i)	Raesa	Térmica	38.850	69.551	69.551	-	62.998	62.998	-
Fundos de Pensão (ii)	Raesa	Térmica	165.050	163.936	163.936	-	156.307	156.307	-
Fundos de Pensão	Raesa	Térmica	69.090	287.240	287.240		263.399	4.564	258.835
		Total	272.990	520.727	520.727	-	482.704	223.869	258.835

b. Principais características dos empréstimos e financiamentos

						Controla	dora							
									30)/06/2016			/12/2015 presentado	
Financiadores / Credores	Empresa	Atividade	Valor Contratação	Modalidade	Taxas	Data Contratação	Inicio	Término	Qtde Parcelas	Parcelas Pagas	Parcelas a vencer	Qtde Parcelas	Parcelas Pagas	Parcelas a vencer
Bolognesi Energia S.A. Fundiágua (i)	Multiner Multiner	Holding Holding	3.000 6.000	Debêntures CCB	9,50% a.a. + IGPM 9,50% a.a. + IGPM	31/05/10 31/05/10	31/10/10 09/08/10	01/07/16 01/07/16	1	-	1	1	-	1
						Consolid	lado							
												31	/12/2015	
									30	/06/2016		Rea	presentado	
Financiadores /			Valor			Data			Qtde	Parcelas	Parcelas	Qtde	Parcelas	Parcelas
Credores	Empresa	Atividade	Contratação	Modalidade	Taxas	Contratação	Inicio	Término	Parcelas	Pagas	a vencer	Parcelas	Pagas	a vencer
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Holding	3.000	Debêntures	9,50% a.a. + IGPM	31/05/10	31/10/10	01/07/16	1	_	1	1	_	1
Fundiágua (i)	Multiner	Holding	6.000	CCB	9,50% a.a. + IGPM	31/05/10	09/08/10	01/07/16	1	-	1	1	-	1
Postalis (i)	Raesa	Térmica	38.850	CCB	10% a.a. + IGPM	20/04/06	20/04/06	25/01/16	1	-	1	1	-	1
Fundos de Pensão (ii)	Raesa	Térmica	165.050	CCB	9,95% a.a. + IGPM	17/02/06	17/02/06	15/12/16	24	17	7	24	6	18 (
Fundos de Pensão	Raesa	Térmica	69.090	CCB	9,11% a.a. + IGPM	26/09/06	26/09/06	15/01/27	140	15	125	140	6	134 (

(i) Conversão Obrigatória

Conforme acordo celebrado no contrato de reorganização e de financiamento da Companhia, estas dívidas serão convertidas em capital, após a conclusão de determinadas ações estabelecidas no referido contrato, as quais estão descritas de forma mais detalhada na nota explicativa nº 17.

(ii) Negociação para Repactuação e Conversão

A Companhia está em tratativas com os detentores dos CCBs (Cédula de Crédito Bancário) para alongamento/repactuação da dívida, que tem como vencimento inicial 15/12/2016.

(iii) Conversão Obrigatória

A Companhia está em tratativas com os detentores dos CCBs (Cédula de Crédito Bancário) para alongamento da dívida e conversão de parte em capital, em linha com os termos e condições aceitos previamente por outros credores, conforme nota explicativa nº17.

Covenants:

Em 14 de julho de 2014, a Companhia e suas subsidiárias deram seguimento a reestruturação financeira iniciada em meados de 2012, cuja parte das dívidas ainda precisam ser convertidas em capital ou alongadas. As CCBs das subsidiárias possuem determinadas cláusulas restritivas (covenants) que, com esta reestruturação financeira, considera-se que todas as CCBs estão vigentes e não tiveram vencimento antecipado formalizado. Esses acordos assumidos com os credores resultaram em alongamento de prazos, diminuição de taxas e conversão de parte da dívida em capital, afetando os índices de forma significativa. Em Assembleia Geral de Debenturistas – AGD realizada em 15 de abril de 2014, a Companhia obteve anuência dos titulares das debêntures de 2ª emissão quanto ao não cumprimento de covenants. Nesta mesma data foram liquidadas ou convertidas em capital 149 de 167 debêntures em circulação.

Garantias dos financiamentos:

As seguintes garantias foram fornecidas aos credores em função das operações de financiamento da Companhia:

- Cessão dos direitos creditórios dos empreendimentos;
- Alienação fiduciária dos equipamentos;
- Fianças bancárias;
- Seguro de conclusão das obras;
- Aplicações contábeis;
- Penhor dos direitos emergentes da resolução autorizativa e dos contratos de compra e venda de energia dos seus empreendimentos;
- Penhor das ações da Sociedade;
- Fianças da Companhia, Bolognesi Energia S.A. e Eólica Participação S.A.; e
- Hipoteca do Terreno da RAESA no valor de R\$ 630.

Conforme o acordo de reorganização financeira da Multiner S.A., firmado em março de 2012, no momento do fechamento da operação de reestruturação financeira da Companhia, que ocorreu em julho de 2014, as CCB's da Controlada New Energy Options Geração de Energia S.A. com vencimento a partir de fevereiro de 2012, passaram a ter carência de até 5 anos no pagamento dos valores de principal e as CCB's da Controlada RAESA tiveram seu vencimento alterado à partir de 31 de janeiro de 2015. Contudo, a Companhia está renegociando parte das CCB's atualmente de acordo com sua capacidade de pagamento.

Em 15 de julho de 2014, 100% dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures da Companhia, deliberaram por unanimidade o seguinte: i) alterar a data do vencimento e remuneração anual para 1º de julho de 2015; ii) autorizar o Agente Fiduciário a tomar as providências necessárias, visando ao cumprimento das deliberações dessa Assembleia;

A Emissora esclareceu que recomprou 149 (cento e quarenta e nove) debêntures pelo preço unitário calculado pela CETIP de titularidade da Fundação Petrobrás de Seguridade Social (Petros), Fundação CELG de Seguros e Previdência (Eletra), FI Renda Fixa Ipiranga, FIM Crédito Privado Salus e Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social (Refer), restando 18 (dezoito) Debêntures em Circulação.

Em 11 de junho de 2015, através de AGD, 100% dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures da Companhia, deliberaram por unanimidade e sem ressalvas: i) aditar a Cláusula 4.10 da Escritura Particular de Emissão de Debêntures, não Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante da 2ª Emissão de Debêntures da Multiner S.A., alterando a data de vencimento para 1º de julho de 2016. Desta forma não houve pagamento de juros em 1º de julho de 2015, mas somente na nova data de vencimento e ii) autorizar o Agente Fiduciário a tomar as providências necessárias, visando ao cumprimento das deliberações dessa Assembleia.

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 30 de junho de 2016 é de R\$ 855.828 (R\$ 855.828 em 31/12/15) dividido em 20.280.081 (vinte milhões, duzentos e oitenta mil e oitenta e um) ações. Segue abaixo a composição das ações:

31/12/2015

Acionistas	Qde Total	Ações ordinárias	Ações preferencias Classe D	Ações preferencias Classe C	Ações preferencias Classe B	Ações preferencias Classe A
Bolognesi Energia S.A.	2.708.535	2.708.533	1	1	-	-
Brasilterm Energia S.A.	1.380.846	1.380.846	-	-	-	-
Multiner Fundo de Invest. em Participações	10.631.915	3.788.360		_	6.532.211	311.344
	14.721.296	7.877.739	1	1	6.532.211	311.344

30/09/2016

Acionistas	Qde Total	Ações ordinárias	Ações preferencias Classe D	Ações preferencias Classe C	Ações preferencias Classe B
Bolognesi Energia S.A.	2.806.848	2.806.846	1	1	-
Brasilterm Energia S.A.	1.841.128	1.841.128	-	-	-
Multiner Fundo de Invest. em Participações	15.632.105	4.338.360	-	-	11.293.745
	20.280.081	8.986.334	1	1	11.293.745

(b) Evolução do Patrimônio líquido

Em 28 de março de 2012, o Grupo Bolognesi Energia comprou as ações dos antigos acionistas JABR Participações S.A, Cia 44 de Negócios S.A., Companhia de Investimentos Resultado e

Camille Loyo Faria, através do contrato de compra e venda de ações para alienação da totalidade das ações da Multiner S.A. e suas Controladas.

Nos termos desse contrato a operação tem como objetivo:

- Refinanciamento das dívidas da Companhia;
- Capitalização da Companhia de modo a preservar o valor de seus ativos e, por conseguinte, do investimento dos seus acionistas e;
- Transferência do controle acionário da Companhia para o Grupo Bolognesi.

Nesta mesma data, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, ocorreram as seguintes deliberações:

- Aprovar o cancelamento das 52.148 ações preferenciais resgatáveis de emissão da Companhia que, à época, eram mantidas em tesouraria;
- Aprovar a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em circulação em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, na proporção de 1:1, considerando
 - o Total integralização do atual capital social da Companhia; e
 - Necessidade de capitalização da Companhia para efetiva execução do seu objeto social. Aprovar o aumento de capital social da Companhia por meio de subscrição de novas ações, nas seguintes condição: Valor do aumento de R\$ 391.636 sendo deste valor integralização imediata de R\$ 99.999 e o saldo restante equivalente a R\$ 291.636 integralizado em dinheiro conforme chamadas de capital que foram realizadas pelo Conselho de Administração e condicionadas à previas autorizações especificadas na AGE.

Em 28 de setembro de 2012, conforme "Termo de Fechamento", as ações dos antigos acionistas, Cia 44 de Negócios S.A., JABR Participações S.A., Cia de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria, passaram a ser de propriedade da Bolognesi Energia S.A. que se tornou a partir desta data controladora da Multiner S.A.

Em 18 de julho de 2013 os detentores de debêntures de 2ª emissão, aprovaram pela substituição de titularidade das ações da Multiner S.A. em garantia, que representavam a maioria das ações dos antigos sócios.

Em 27 de dezembro de 2013 foi aportado na Companhia o valor de R\$ 105.425 para emissão e integralização de 41.829 ações classe A e 588.843 ações classe B, na Multiner S.A. Essa emissão de ações classe A e classe B teve como objetivo equacionar a dívida com credores não quotistas do FIP Multiner (CELOS, CAPAF, ELETRA E METRUS), os quais integralizaram novas quotas do FIP Multiner , por meio das conferências desses créditos detidos contra a Companhia, pelo que o FIP Multiner, passou a ser titular de tais créditos.

Em 14 de julho de 2014, foi assinado o "Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização e de financiamento da Multiner S.A., alterando algumas condições do plano de recapitalização da Companhia, dentre os quais se destacam:

- Aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 208.497, sendo:
 - R\$ 152.917 por meio de emissão de 571.405 ações preferenciais subscritas e integralizadas por Multiner Fundo de Investimento em Participações.

- R\$ 55.580 por meio da emissão de 686.594 ações ordinárias, uma ação preferencial classe C e 1 ação preferencial classe D subscritas e integralizadas por Bolognesi Energia S.A..
- Alteração das características de ações preferenciais;
- Emissão de três lotes de bônus de subscrição; e
- Outros créditos no valor de R\$ 236.663, que serão capitalizados pela conversão de dívidas da Postalis e Fundiágua assim que seja concluída a Listagem da Multiner no Bovespa Mais.

Em 22 de maio de 2015, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária ocorreram as seguintes deliberações:

- Conversão de 216.780 ações preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 1.350.000 Ações Ordinárias e 2.348.267 Ações preferenciais da Classe B;
- Aumento de capital no valor de R\$ 11.171,90, com emissão de 1.117.190 ações ordinárias, pelo preço de R\$ 0,01 por ação, em virtude do exercício do bônus de subscrição pelos Acionistas Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A.;
- Alteração do Estatuto Social, em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício do bônus de subscrição por Bolognesi Energia S.A e Brasilterm Energia S.A..
- O acionista Bolognesi realizará um aumento de capital (podendo ser em ativos ou em moeda corrente nacional) no montante R\$ 100.000.000,00 (corrigido pelo IPCA a partir de 28.03.12) até 31.12.15. Adicionalmente o acionista Bolognesi está obrigado a realizar outro aporte de capital de R\$ 125.920.666,67 (também corrigido pelo IPCA a partir de 28.03.16) até 31.12.2020.

Em Ata de Assembleia Geral Extraordinária em 03 de junho de 2015 ocorreram as seguintes deliberações:

- Aprovação das modificações dos artigos 1, 5, 12, 13, 16, 26 e 27 do Estatuto Social e inclusão dos artigos 33 a 39, com a finalidade de adequar o Estatuto Social da Companhia às novas regras do Regulamento de Listagem Bovespa Mais Nível 2, bem como seu pedido de registro na BM&FBOVESPA;
- Conversão de registro para categoria A na Comissão de Valores Mobiliários;
- Ampla revisão e consolidação do Estatuto Social da Companhia, considerando o acima.

A Companhia está em tratativas com seus credores e acionistas para listagem no Bovespa Mais nos próximos 12 meses.

Em 08 de setembro de 2015, por Ata da Assembleia Geral Extraordinária ocorreram as seguintes deliberações:

 Conversão de 122.216 (cento e vinte e duas mil, duzentas e dezesseis) Ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 950.000 (novecentas e cinquenta mil) Ações Ordinárias e 1.135.000 (um milhão, cento e trinta e cinco mil) Ações Preferenciais da Classe B;

- Aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 5.585,95 (cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), por meio da emissão de 558.595 (quinhentas e cinquenta e oito mil, quinhentas e noventa e cinco) novas ações, todas ordinárias; e
- Alteração do Estatuto Social em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício dos bônus de subscrição por Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A..

Em 14 de março de 2016, por Ata da Assembleia Geral Extraordinária ocorreram as seguintes deliberações:

- Conversão de 311.344 (trezentas e onze mil, trezentos e quarenta e quatro) Ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 550.000 (quinhentas e cinquenta mil) Ações Ordinárias e 4.761.534 (quatro milhões, setecentas e sessenta e uma mil e quinhentas e trinta e quatro) Ações Preferenciais da Classe B;
- Aumento do capital social da Companhia no montante de R\$5.585,95 (cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), por meio da emissão de 558.595 (quinhentas e cinquenta e oito mil, quinhentas e noventa e cinco) novas ações, todas ordinárias e;
- Alteração do Estatuto Social em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício dos bônus de subscrição por Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A.. Esse capital será integralizado no segundo trimestre de 2016.
- A Companha irá anular ou retificar os atos realizados na Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 14 de março de 2016, dado que tal alteração gerou desequilíbrio entre ações ordinárias e preferências.

(c) Ações preferenciais

Em 2009 a Companhia aumentou seu capital em R\$ 149.526, com emissão de 497.768 ações preferenciais regatáveis. Este aumento de capital gerou reserva de ágio na emissão de ações no montante de R\$ 316.259.

As ações Preferenciais Nominativas Resgatáveis - PNR eram conversíveis em ações ON da Companhia, no quarto ano contado da data de aprovação da sua emissão, que ocorreu em 5 de dezembro de 2008, na proporção de 1:1, isto é, cada ação preferencial poderia ser convertida em uma ação ordinária de emissão da Companhia.

Além do direito de conversão em ações ordinárias, conforme descrito acima, essas ações, possuíam direito a dividendos de no mínimo 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias, bem como participação integral nos resultados da Companhia em igualdade com as ações ordinárias e preferência em deliberar sobre a conversão das ações preferenciais resgatáveis em ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção de 1:1, caso a Companhia decidisse

realizar emissão pública de ações antes do prazo previsto para conversão dessas ações em ordinárias.

Decorrido o prazo mencionado acima, caso o acionista optasse pela não conversão de suas ações, as mesmas seriam resgatadas pela Companhia, obedecendo a um cronograma de pagamento, que equivalia ao resgate de 1/6 das ações preferenciais resgatáveis, em seis semestres consecutivos contados a partir de 24 de maio de 2013, ao preço que corresponderia ao preço de emissão atualizado pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) acrescido de 9,5% ao ano, desde a data de sua emissão, descontados os valores recebidos a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro rendimento auferido pelas ações preferenciais resgatáveis, também atualizados pelo IGP-M, acrescido de 9,5% ao ano, desde a data do recebimento dessas quantias.

Em 28 de março de 2012, foi autorizada a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, em proporção de 1:1, tendo como titular o Multiner Fundo de Investimento em Participações e que apresentam características similares às antigas ações preferenciais resgatáveis. Tais ações são conversíveis tanto em ordinárias quanto em preferenciais classe B com característica de capital social, esta última, mediante a realização de ações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia que já foram integralmente atendidas.

(d) Reserva de capital para investimento

Essa reserva é referente ao Ajuste de Avaliação Patrimonial em função basicamente da Combinação de Negócios na aquisição da 2007 Participações S.A realizada em 2009.

(e) Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001). A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório.

A Companhia não apresentou resultado positivo para base de pagamento de dividendos nos exercícios apresentados.

18 Provisão para contingência

(a) Causas prováveis

	Cont	roladora	Consolidado		
	30/06/2016	31/12/2015 Reapresentado	30/06/2016	31/12/2015 Reapresentado	
Medabil Sistemas Construtivos S.A. (i) Contingências trabalhistas diversas	1.192	1.157	1.336 1.192	1.336 1.194	
Total	1.192	1.157	2.528	2.530	

(i) Ação de cobrança, pelo rito ordinário fundamentada no inadimplemento do protocolo de intenções firmado entre Medabil Sistemas Construtivos S.A. e Termelétrica Itapebi S.A. para a celebração do contrato de fornecimento e montagem de materiais.

(b) Causas possíveis

Em 30 de junho de 2016, a Companhia possuía em andamento outros processos, no montante de aproximadamente R\$ 67.938 na controladora e R\$ 232.065 no consolidado, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, para os quais a Administração entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

19 Receita operacional líquida

-	Cons	olidado
	30/06/2016	30/06/2015 Reapresentado
Energia Fixa (i)	53.927	50.937
Energia variável (ii)	12.917	12.585
Total Receita Bruta	66.844	63.522
PIS (iii)	(827)	(1.048)
COFINS (iii)	(3.810)	(4.828)
ICMS	(16.710)	(15.880)
Pesquisa e desenvolvimento	(450)	(414)
Arrendamento Financeiro – RAESA (iv)	(14.233)	(14.242)
Total Deduções	(36.030)	(36.412)
Receita líquida de vendas	30.814	27.110

(i) Receita Fixa

O valor apresentado como receita fixa refere-se a parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia OC - 1819/2005, firmado entre a controladora Rio Amazonas Energia S.A. junto a empresa Amazonas Distribuidora Energia S.A., o qual prevê o pagamento pela potência garantida de 65 MW.

(ii) Receita Variável

O valor apresentado como receita variável refere-se a parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia OC – 1819/2005, firmado entre a controlada Rio Amazonas Energia S.A. junto à empresa Amazonas Distribuidora Energia S.A., o qual prevê o pagamento pela energia fornecida referente à operação e manutenção da Usina, calculado pela multiplicação do total mensal da energia fornecida pela parcela do preço de energia fornecida referente à operação e manutenção do mês vigente.

(iii) PIS e COFINS

Os impostos apurados a título de PIS e COFINS são calculados às alíquotas de 1,65% de PIS e 7,60% de COFINS sobre as receitas oriundas do faturamento da usina Rio Amazonas Energia S.A., e 1,65% de PIS e 3,00% de COFINS sobre as receitas contábeis oriundas de rendimentos realizados sobre aplicações contábeis e receitas oriundas das operações de mútuos realizadas entre as empresa do grupo Multiner S.A..

(iv) Arrendamento financeiro - RAESA

O montante refere-se a amortização do arrendamento financeiro da RAESA, conforme demonstrado na nota explicativa nº8.

20 Custo do serviço

	Consolidado		
	30/06/2016	30/06/2015 Reapresentado	
Penalidade indisponibilidade de energia (i)	(6.362)	(601)	
Operação e manutenção	(7.423)	(5.218)	
Salários e encargos	(1.761)	(1.759)	
Material e insumos	(1.801)	(1.397)	
Aluguel de máquinas e equipamentos	(1.516)	(1.586)	
Outros	(109)	(119)	
Total custo do serviço	(18.972)	(10.680)	

(i) O montante de R\$ 6.362 refere-se a Glosa na receita da investida indireta Rio Amazonas Energia S.A. RAESA por indisponibilidade de geração de energia.

21 Despesas operacionais

(a) Gerais e administrativas

	Controladora		Consolid	lado	
	30/06/2016	30/06/2015 Reapresentado	30/06/2016	30/06/2015 Reapresentado	
Serviços Jurídicos	(79)	(151)	(336)	(1.369)	
Serviços de consultoria	(1.328)	(808)	(1.431)	(1.042)	
Impostos e taxas	(1.360)	(224)	(1.912)	(559)	
Armazenagem	-	-	(1.023)	(1.040)	
Alugueis	(891)	(914)	(938)	(933)	
Provisão para contingências	(273)	(1.211)	(273)	(1.248)	
Honorários da administração	(517)	(809)	(517)	(809)	
Honorários do conselho	(388)	(388)	(388)	(388)	
Internet e telefonia	(234)	(239)	(283)	(269)	
Manutenção	(285)	(18)	(327)	(46)	
Seguros	(163)	(209)	(195)	(236)	

Registros e taxas	(340)	(287)	(361)	(318)
Viagens e estadias	(53)	(48)	(206)	(96)
Outros	(199)	(235)	(283)	508
Total das despesas gerais e administrativas	(6.110)	(5.541)	(8.473)	(7.845)

(b) Outras (receitas) despesas

Outras Despesas	Cont	troladora	Consolidado		
	30/06/2016	30/06/2015 Reapresentado	30/06/2016	30/06/2015 Reapresentado	
Impairment referente à investimento (i) Amortização de ágio – goodwill (i) Reversão de provisão de contingência Outras despesas		486	(53.297) (5.190) 7.127 220	(6.132) 488 148	
Total de outras despesas	221	486	(51.140)	(5.496)	

(i) Conforme mencionado na nota explicativa nº10, foi realizada a análise da recuperabilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura, referente a investida 2007 Participações S.A. Desta forma, identificou-se a necessidade de baixa no saldo no montante de R\$ 53.297, visto refletir a realidade da Companhia. Este ágio é amortizado mensalmente pelo prazo do contrato de geração de energia.

22 Resultado financeiro

	Controladora		Cons	olidado
	30/06/2016	30/06/2015 Reapresentado	30/06/2016	30/06/2015 Reapresentado
Rendimento de aplicação financeira	64	9.538	64	9.725
Juros ativos sobre mútuo	25.455	21.508	25.454	21.508
Variações cambiais ativas	184	164	4.984	5.363
Variações monetária ativas	18	15	2.383	1.557
Juros S.A.rrendamento financeiro	-	-	7.836	8.313
Outras receitas contábeis	2		39	
Total de receitas contábeis	25.723	31.225	40.760	46.466
Juros sobre cédula de crédito bancário (CCB)	_	-	(48.560)	(48.435)
Juros passivos sobre mútuo	(1.583)	(3.850)	(230)	` ,
IOF	(1.981)	(2.094)	(2.354)	` ′
Atualização monetária sobre passivos tributários	(130)	(32)	(1.800)	
Multa sobre impostos	(307)	(25)	(450)	(40)
Juros sobre debêntures	(1.770)	(1.235)	(1.770)	(1.235)
Variações cambiais passivas	(212)	(150)	(1.333)	(8.811)
Multas contratuais	(32)	(44)	(583)	
Outras despesas contábeis	(33)	(35)	(358)	(272)
Total de despesas contábeis	(6.048)	(7.465)	(57.438)	(62.334)

Total do resultado financeiro	19.675	23.760	(16.678)	(15.868)

23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Valor justo versus valor contábil

A Administração da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Controladora					
		30/00	6/2016	31/12/2015 Reapresentado		
Ativo	Mensuração	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Financiamentos e recebíveis						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	Custo amortizado	5	5	7	7	
Valores a receber Partes Relacionadas (Nota 7)	Custo amortizado	497.998	497.998	484.787	484.787	
Ativos financeiros mantidos para negociação						
Aplicações financeiras Fundo de Investimentos (Nota 3)	Valor Justo	1.061	1.061	670	670	
Passivos financeiros						
Fornecedores (Nota 14)	Custo amortizado	1.017	1.017	1.152	1.152	
Debêntures (Nota 16)	Custo amortizado	18.335	18.090	16.565	16.462	
	Consolidado					
		30/00	6/2016		12/2015 resentado	
Ativo	Mensuração	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Financiamentos e recebíveis						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	Custo amortizado	60	60	32	32	
Valores a receber Partes Relacionadas (Nota 7)	Custo amortizado	474.447	60	466.667	466.667	
Ativos financeiros mantidos para negociação						

Para todas as operações apresentadas no quadro acima, exceto financiamentos e debêntures, a administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Valor Justo

Custo amortizado

1.065

539.062 531.859

Custo amortizado 189.258 189.258

1.065

214.058 214.058

492,698

499.269

Hierarquia de valor justo

Passivos financeiros Fornecedores (Nota 14)

Aplicações financeiras Fundo de Investimentos (Nota 3)

Empréstimos, Financiamentos e debêntures (Nota 16)

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um, método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)

 Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Controladora							
		30/06	5/2016	31/12/2015 Reapresentado			
Ativo	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo		
Financiamentos e recebíveis							
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	Nível 1	5	5	7	7		
Ativos financeiros mantidos para negociação							
Aplicações financeiras Fundo de Investimentos (Nota 3)	Nível 1	1.061	1.061	670	670		
Passivos financeiros							
Debêntures (Nota 16)	Nível 2	18.335	18.090	16.565	16.462		

	Consolidado				_	
		30/06	5/2016	Reapresentado		
Ativo	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Financiamentos e recebíveis						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	Nível 1	60	60	32	32	
Ativos financeiros mantidos para negociação						
Aplicações financeiras Fundo de Investimentos (Nota 3)	Nível 1	1.065	1.065	674	674	
Passivos financeiros						
Empréstimos, Financiamentos e debêntures (Nota 16)	Nível 2	539.062	531.859	499.269	492.698	

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

No que tange ao cálculo do valor de mercado e classificação, seguem as seguintes considerações:

- Caixa e equivalente de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações contábeis de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação. As aplicações contábeis estão mensuradas ao seu valor de custo amortizado.
- Fornecedores: mensurados ao custo amortizado e classificados como passivo financeiro ao custo amortizado.
- Empréstimos e financiamentos: Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro ao custo amortizado.

• Contratos de mútuo: Estão mensuradas pelo custo amortizado, sendo classificadas como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Administração financeira de risco

A Administração da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A companhia apresenta os seguintes riscos:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Riscos de mercado.

a. Risco de liquidez

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as informações contábeis intermediárias, e os juros a vencer até o final do contrato.

	Controlad	ora					
30 de junho de 2016	Valor Contábil	Fluxo Contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	4 - 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores (Nota 14)	1.017	1.017	1.017	-	-	-	_
Debêntures (Nota 16)	18335	18.335	18.335	-	-	-	-
	Consolida	ıdo					
30 de junho de 2016	Valor Contábil	Fluxo Contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	4 - 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores (Nota 14)	189.258	189.258	185.883	3.375	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e debêntures (Nota 16)	539.062	539.062	274.864	27.383	27.383	54.766	154.667

b. Risco de crédito

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações contábeis, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Administração.

_	Contro	oladora	Conso	olidado		
		31/12/2015		31/12/2015		
_	30/06/2016	Reapresentado	30/06/2016	Reapresentado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	5	7	60	32		
Aplicações financeiras Fundo de Investimentos (Nota	1.061	670	1.065	674		
Valores a receber Partes Relacionadas (Nota 7)	497.998	484.787	474.447	466.667		

c. Risco de mercado

Risco de taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

	Contro	oladora	Consc	Consolidado		
		31/12/2015		31/12/2015		
	30/06/2015	Reapresentado	30/06/2015	Reapresentado		
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	5	7	60	32		
Valores a receber Partes Relacionadas (Nota 7)	497.998	484.787	474.447	466.667		
Aplicações financeiras Fundo de Investimentos (Nota 3)	1.061	670	1.065	674		
Passivos						
Fornecedores (Nota 14)	1.017	1.152	189.258	214.058		
Empréstimos, Financiamentos e debêntures (Nota 16)	18.335	16.565	539.062	499.269		

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 30 de junho de 2016

A Administração considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um "cenário provável" se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do IGP-M em 30 de junho de 2016. O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apuradas nas respectivas datas de análise.

Instrumentos financeiros passivos

Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)

	-50%	-25%	Provável	25%	50%
Exposição liquida IGP-M	512.917	499.845	539.062	604.423	682.857
Impacto da variação	(26.145)	(39.217)	-	65.361	78.434

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e a avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo abaixo.

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, utilizamos a taxa média de IGP-M divulgada pela Fundação Getúlio Vargas, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. Calculamos a taxa de desconto utilizando o IGP-M do período acrescido do spread dos juros dos títulos.

A Administração entende que a melhor estimativa de avaliação do *spread* de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com o uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Principais ativos e passivos financeiros

Os principais ativos e passivos financeiros utilizados pela Companhia, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Aplicações contábeis;
- Clientes:
- Conta reserva:
- Empréstimos e financiamentos;
- Debêntures; e
- Fornecedores.

24 Eventos subsequentes

Em julho de 2016 a Companhia obteve decisão desfavorável exigindo pagamento a Caterpillar Motoren GMbH & Co. no montante de R\$ 33.036, fixados em sentença arbitral estrangeira, referente a motores que seriam utilizados no projeto da Termelétrica Itapebi S.A. Tal valor havia sido provisionado como contingência. Atualmente, a Companhia está empenhando esforços para negociar as condições de pagamento para encerramento das obrigações junto este fornecedor.

Em novembro de 2016, a investida indireta Rio Amazonas Energia S.A. inadimpliu pecuniariamente a obrigatoriedade frente à segunda emissão de CCBs (cédula de crédito bancário). Desta forma, o montante classificado no passivo não circulante de R\$ 274.783 será reclassificado para curto prazo neste período. A companhia está em tratativas com os credores para alongamento da dívida, conforme nota explicativa nº1.

Operação Greenfield

Em linha com o princípio de transparência sempre adotado pela Companhia, a Multiner S.A. informa que, em 5 de setembro, foi cumprido em sua sede, o Mandado de Busca e Apreensão expedido pelo Juiz Federal da 10ª Vara Federal de Brasília no âmbito do Processo nº 373250-67.2016.4.01.3400 que investiga os investimentos realizados pelos fundos de pensão por meio de FIPs (Fundos de Investimento em Participações), entre os quais se encontra o FIP Multiner, que detém 48% das ações ON de emissão da Companhia.

No dia 13 de setembro de 2016, foi emitida ordem judicial de bloqueio das contas bancárias da Controladora, expedida cautelarmente nos autos do Processo n.º 37.371- 11.2016.4.01.3400, em curso perante a 10ª Vara Criminal Federal em Brasília. A Companhia respeita a decisão da Justiça, mas entende que a cautela não é estritamente necessária, pois tem disposição em cooperar, de forma transparente, com a elucidação dos fatos apurados pela Operação Greenfield. Para tanto, adotará imediatamente as medidas judiciais cabíveis para resguardar os seus legítimos interesses.

O caixa e equivalente de caixa das controladas New Energy Options Geração de Energia S.A. e Rio Amazonas Energia S.A. não foram afetadas pela medida cautelar.

A Diretoria da Companhia aprovou a contratação da BDO para realizar o processo de investigação independente sobre as contas de 2015 e 2016, e períodos anteriores desde a criação da Multiner S.A. e suas controladas.